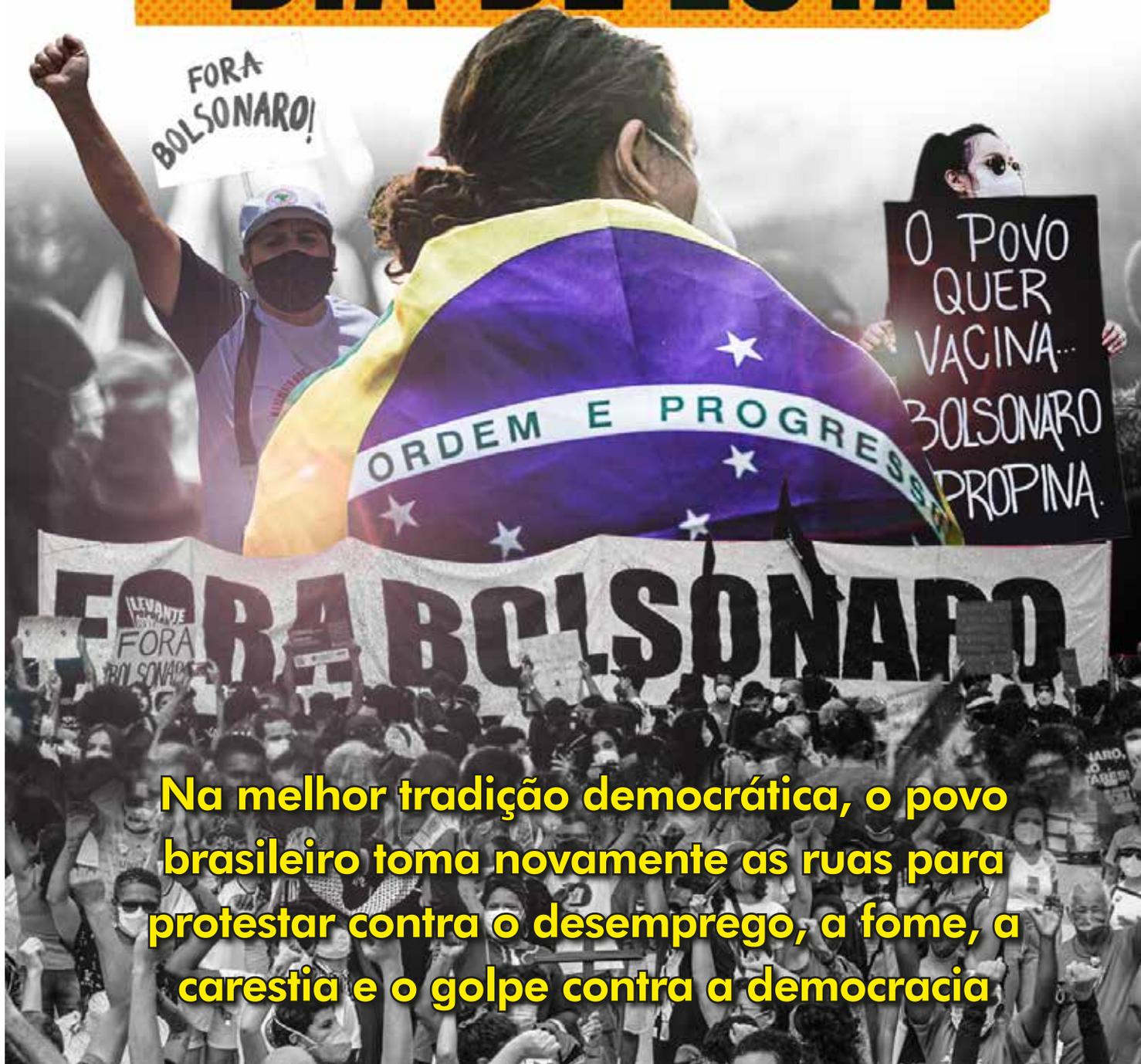


DIA DE LUTA



Na melhor tradição democrática, o povo brasileiro toma novamente as ruas para protestar contra o desemprego, a fome, a carestia e o golpe contra a democracia

Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 26 de Julho de 2021 Nº 20

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com João Paulo Rodrigues

Alta do desemprego expõe política suicida

Impacto do golpe na infraestrutura das cidades

Clube da Esquina, a obra-prima de Milton e Lô

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cantalice

Fundação
Perseu Abramo

Fundação
Perseu Abramo

União Democrática

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



**FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

CONTRA O GOVERNO DA MORTE, TODOS ÀS RUAS DO PAÍS

ENTREVISTA. João Paulo Rodrigues diz que é hora de dar basta a Jair Bolsonaro

Página 4

PROTESTOS. Pela terceira vez em 90 dias, o povo toma as cidades em protesto

Página 11

ACUADO. Enfraquecido pela crise, o presidente cede mais poder aos donos do Centrão

Página 15

PANDEMIA. Temporão acusa Bolsonaro de ser responsável pelas 545 mil mortes no país

Página 21

DESEMPREGO. Na maior crise, o país tem 26 milhões de brasileiros sem emprego

Página 29

GOLPE. Investimentos em infraestrutura urbana foram dramaticamente reduzidos

Página 38

MÚSICA. Clube da Esquina, a obra-prima de Milton e Lô Borges, gravada há 50 anos

Página 48

LITERATURA. O romance do mexicano Juan Rulfo parece o Brasil das mortes de 2021

Página 50

EDITORIAL

BOLSONARO INVIÁVEL E O GOLPISMO

Aloizio Mercadante

A tempestade perfeita contra o governo Bolsonaro, que já denunciemos neste espaço, avança de maneira acelerada. O primeiro fator que impulsiona o desgaste do governo é a constatação de que o negacionismo, que resultou em quase 550 mil brasileiros mortos pela Covid-19, envolvia também uma grande negociata na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde.

O segundo é a crise social dramática que tomou conta do país. Cerca de 14,5 milhões de famílias voltaram para a pobreza extrema, a fome voltou a ser uma realidade massiva, a soma dos desempregados e dos desalentados atinge mais de 21 milhões de pessoas e a alta dos alimentos e da energia corrói o poder de compra das famílias.

Ao mesmo tempo, a política econômica neoliberal se mostra cada vez mais incapaz de apontar soluções para o crescimento, mantendo os ganhos com a especulação financeira, enquanto aumenta o abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

Com isso, a base social do presidente se esvai e até o núcleo duro do chamado bolsonarismo está cada vez mais na defensiva e com dificuldades de defender o desgoverno. O projeto de reeleição está claramente ameaçado e o impeachment avança na pauta do país, impulsionado pelo aumento das mobilizações populares. Caminhamos para o quarto grande ato contra o Bolsonaro neste ano, o #24J, e conforme a vacinação avançar, mais pessoas se sentirão seguras para irem às ruas contra o governo.

Desesperado, errático e patético, Bolsonaro apela para o populismo barato para tentar uma sobrevivência, como os esvaziados passeios de moto e a tentativa frustrada de utilização política de uma internação médica. O resultado é que todos aqueles que se aproximaram do presidente estão desgastados e desacreditados, como o ex-superministro Paulo Guedes, que teve seu núcleo de poder esvaziado e esquarterado em razão do fracasso da política econômica e da necessidade de um arranjo de acomodação política esdrúxula.

Aliás, como tentativa de fuga, Bolsonaro entregou de vez o governo ao Centrão, especialmente ao PP. Enquanto permanece como bobo da corte, Arthur Lira avança com a agenda neoliberal de desmontes e controla o orçamento secreto e, agora, Ciro Nogueira ascende como ministro-chefe da Casa Civil, jogando por terra o discurso eleitoral de Bolsonaro da antipolítica e de um governo sem o fisiologismo do "toma lá, dá cá".

O Exército atravessa um desgaste crescente em razão de milhares de oficiais terem assumido funções de governo e se associarem a Bolsonaro. Emblemática, a gestão Pazuello e seu grupo de assessores militares no Ministério da Saúde está marcada pela criminoso incompetência e por graves indícios de corrupção, como tem revelado a CPI da Covid no Senado.

A última bravata militar foi a patética ameaça golpista do ministro da Defesa, Braga Netto, caso as eleições presidenciais do ano que vem não sejam por meio do voto impresso, que forneceria as condições materiais para questionar o resultado das eleições de 2022, com uma Operação Tabajara-Capitólio.

A ação desastrosa do general gerou uma reação contundente das instituições, da imprensa e do Congresso que exigem explicações convincentes para além do desmentido. As forças democráticas e as mobilizações de rua estão enfrentando o golpismo e a tutela militar de ameaça recorrente à democracia.

Na mesma proporção em que Bolsonaro se inviabiliza, se degrada e é desmascarado pela CPI, Lula avança na construção de uma candidatura cada vez mais ampla e consistente, que pode levá-lo a uma vitória já no primeiro turno em 2022.

O Brasil vive uma corrida contra o tempo e a reconstrução de um país com diálogo, tolerância, democracia, soberania e um projeto de desenvolvimento, que assegure estabilidade, crescimento, distribuição de renda e esperança no futuro, depende cada vez mais de Lula Lá.



“NOSSA TRAGÉDIA É A DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”

Um dos coordenadores do MST diz que o país precisa passar por mudanças profundas para que regressões como assistimos a partir de 2016 não aconteçam mais. “Precisamos agora ir para um degrau de cima. Não é somente a distribuição de renda. É a distribuição de riqueza”

Por Pedro Camarão

João Paulo Rodrigues é integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST. É um agricultor assentado da reforma agrária, formado em Ciências Sociais e oriundo de uma família de pequenos agricultores. Ele se diz estar indignado com os retrocessos sociais adotados no Brasil após o Golpe de 2016. Conta que a própria família foi afetada pelo desmonte das políticas de proteção social.

Os retrocessos que abandonam milhões de brasileiros à própria sorte são o alvo da luta que está levando milhares de pessoas às ruas das principais cidades do

Brasil. O coordenador do MST afirma que os protestos contra o governo são fundamentais para fazer com que a sociedade brasileira entre no debate político e reflita sobre o que está acontecendo e sobre o futuro do país. A grandeza das mobilizações nas ruas o surpreendeu. Ele acredita que a ocupação dos espaços públicos será permanente daqui em diante.

Embora a luta contra Jair Bolsonaro seja a prioridade, João Paulo afirma ser necessário que as esquerdas reflitam sobre como se comunicam com as suas bases e com a sociedade em geral. A reflexão sobre qual mensagem será propagada é importante para que seja possível

promover profundas mudanças no Brasil.

Nesse aspecto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerado como um eficiente “microfone”, sendo um dos únicos da esquerda com capacidade para dialogar com todas as diferentes parcelas da sociedade.

O coordenador do MST considera que a liderança de Lula será fundamental para o Brasil. Sobre o cenário político para as eleições de 2022, João Paulo afirma que é preciso se preocupar com a tal terceira via, que tem como objetivo exclusivo derrotar Lula e prejudicar uma candidatura do campo popular. A seguir, os principais trechos da entrevista à **Focus Brasil**:

Focus Brasil – O Brasil vive uma tragédia sem precedentes. São quase 600 mil mortos pelo coronavírus e uma crise social absurda. O empobrecimento de grande parte da população é evidente. A lista de problemas é infinita. Como viver neste Brasil sob Bolsonaro? Qual é seu o sentimento?

– Olha, eu não imaginei que viveria e passaria por uma conjuntura como essa de ter uma combinação, para nossa geração, de um Bolsonaro no governo, uma pandemia e, o que é mais grave, um Bolsonaro com bolsominions. Com uma base social que apoia e acredita em coisas nas quais ele fala. Eu acho que o que me perturba mais de tudo isso não é só a pandemia, não é só a figura do Bolsonaro, é que nós estamos em 2021 numa sociedade ainda escravocrata e, além de machista, conservadora.

Ou seja, aquilo que eu aprendi e vi a vida inteira com o latifúndio, eu vejo em tamanho Brasil. E é um sentimento que é uma combinação de tristeza, porque não precisávamos enfrentar uma conjuntura como essa, mas ao mesmo tempo de responsabilidade coletiva porque temos culpa nisso. Não é só culpa deles. Cabe a nós a tarefa política de continuar fazendo o que nos propusemos a fazer que são as transformações sociais que o Brasil precisa.

Não basta fazer distribuição de terra, não basta fazer uma reforma agrária, não basta ganhar uma eleição. É necessário fazer transformações profundas. Eu acho que esse é o sentimento que tenho agora. É um sentimento de indignação pelo que estamos passando. Este é o momento que eu vivo e, ao mesmo tempo, um sentimento de responsabilidade coletiva.

Temos o que fazer nesse país para que dê certo. Não dá para fugir para a Europa.

– Você falou de uma questão importante que é a realidade de parcelas da população conservadoras. O país é consideravelmente fragmentado. Existe um desafio da comunicação? A elite financeira domina os grandes meios de comunicação de comunicação há muito tempo. Você enxerga esse

NÃO BASTA FAZER DISTRIBUIÇÃO DE TERRA, REFORMA AGRÁRIA E GANHAR UMA ELEIÇÃO. É NECESSÁRIO FAZER TRANSFORMAÇÕES PROFUNDAS

desafio da comunicação? Como superar esse problema?

– Sobre esse problema da comunicação, acho que existe uma confusão na esquerda que é, em vez de pensarmos o conteúdo da comunicação, existe uma preocupação demasiada com os instrumentos e os veículos de comunicação. E, claro, a cada hora surge um Instagram novo, uma TV nova, um jornal novo e assim por diante. Já patinamos há um bom tempo sobre o que é o conteúdo de comu-

nicação que deveríamos tratar para discutir em três níveis: o primeiro, é com a nossa militância, com os ativistas que precisam de uma comunicação rápida e com linha política do que fazer, é muita confusão nesse momento, são basicamente os usuários de Twitter, Instagram e outras coisas. É a nossa “classe média” que está envolvida no dia a dia. A segunda questão é nos comunicarmos com nossa base social. Por exemplo, o MST, nossa base social são aproximadamente 2 milhões de pessoas, como estamos nos comunicando com ela? Isso vale para o PT, para a CUT, para todas as entidades e organizações. Qual é a melhor forma de comunicar com os seus, que já está na sua “turma” e precisa fazer a luta econômica, a luta política todos os dias. O terceiro é com a sociedade, esse conjunto de pessoas que não está muito aí para a política, ainda - exagerando - lê CUT como C-U-T e precisa de comunicação.

Essa narrativa - que é a palavra que aprendemos no último período - não está dando conta de se comunicar com todo mundo. Tem dificuldade. Parece a mim que o grande conteúdo de comunicação que temos hoje, conteúdo e forma, é a figura do Lula. Ele foi o que deu conta de fazer isso até agora. Ele expressa no gesto, na fala. Dá conta de comunicar com os três níveis, o que é muito difícil. Agora, a esquerda está nesse limite. E diante disso, dou como exemplo o MST que, do ponto de vista de conteúdo, avançou em três níveis na sua história. Veja como é difícil. Como nós nos comunicamos? A ocupação de terra, por si só, fala. Depois, aquelas marchas que fizemos, fomos à Brasília, rodamos o Brasil inteiro. Foi onde o MST teve

o seu maior nível de popularidade. E agora, com a comida agroecológica, orgânica. Foram os três momentos de comunicação do MST. Mas eu pergunto, e qual será o quarto? Eu não sei. E eu pergunto, o que a esquerda está pensando de comunicação com a sociedade? É a nossa pauta economicista e econômica que é essencial? É entrarmos para uma pauta delicadíssima de costumes e valores para fazer um contraponto ideológico? Então, esse é o desafio que está colocado. Fora isso, claro, o desafio de saber lidar com a tecnologia e com uma nova geração que tem outros mecanismos de se comunicar. Eles se entendem por um Tik tok “da vida”, é uma geração que se vê muito em símbolos de tecnologia que são coisas que a nossa tradição da década de 80, que é quem dirige a luta política até os dias de hoje, ainda não tem tanta familiaridade. Por isso, o desafio da comunicação não é simples. Terminei dizendo que a comunicação tem que ser vista como a disputa ideológica na sociedade. E quem melhor fez isso foi o Bolsonaro, utilizando da sua maldade de fake news, mas ele conseguiu se comunicar do jeito dele, com o público dele.

– E ocupar as ruas em protesto contra o governo?

– É fundamental. Não temos outra opção. Temos que fazer esse protesto porque estamos em uma conjuntura adversa em que a pandemia nos tirou completamente das ruas e eu acho que tirou porque houve uma compreensão coletiva das esquerdas de que não deveríamos fazer aglomeração, respeitando as orientações dos cientistas, dos prefeitos e governadores. E, ao mesmo tempo, tínhamos

claro que não poderíamos passar para a História que negligenciamos a situação de pandemia. Diante disso, o bolsonarismo cresceu nas ruas. Fizeram atos importantes em Brasília, ato na Paulista, no Rio de Janeiro. Isso criou uma situação em que estavam na rua sem máscara, sem nada e nós desaparecemos. [Estávamos] só fazendo live e batendo panela. Por isso houve essa construção coletiva a par-

**ENQUANTO NÃO
TIVEREM UM
NOME FORTE PARA
ENFRENTAR O
LULA, NÃO VÃO
TIRAR BOLSONARO.
TEMOS QUE IR
PARA A RUA:
“IMPEACHMENT”**

tir de três pontos de pauta - eu acho que mais essencial do que a ocupação da rua foi a unidade de conteúdo - no “Fora, Bolsonaro”, “vacinas já” e auxílio emergencial que nos permitiu fazer essas grandes manifestações. E olha, fiquei surpreso porque as manifestações vieram para valer. Foram 45 dias, fizemos atos em três grandes camadas diferenciadas da população. A primeira, com mais jovens. Uma segunda, mais popular e uma terceira que

foi para o interior do país. Eu acho que isso foi uma riqueza. Tenho muito ânimo de que nós fomos para a rua e de lá nós não vamos sair.

– O impeachment do Bolsonaro é importante, mas levaria o Hamilton Mourão a assumir a Presidência. Talvez não consigamos, imediatamente, mudar a conjuntura.

– Tudo depende da correlação de forças. Eles, [a direita], faziam uma conta do lado deles em que derruba a Dilma, vem o Temer e para eles deu tudo certo. Se tivéssemos uma conjuntura em que para nós desse tudo certo, como deu para eles, seria ótimo com relação ao impeachment. Mas não é bem assim. Por isso que eu digo, depende da correlação de forças. Temos que tirar o Bolsonaro de lá e sinalizar isso para a população. Não é pouca coisa. Então, com qual gesto que você sinaliza para a população que você vai tirar o Bolsonaro: o primeiro é pelas eleições. Estamos dizendo que vamos fazer isso em 2022. E o segundo gesto é que vamos tomar medidas emergenciais de urgência contra ele. Tem um “fato concreto”: 500 mil pessoas morreram por causa de uma política pública do governo Bolsonaro. Se nós não sinalizarmos para a sociedade que queremos tirar ele em 2022, mas se possível tirá-lo antes, podemos chegar a 2022 com dúvida. Porque Bolsonaro tem capacidade de ter no ano que vem um governo sem pandemia e com taxa de crescimento. E você não tem como cobrar lá na frente a fatura da tragédia que foi agora.

Por isso, o impeachment tem que ser para valer. Pode ser que nós não tenhamos correlação de força para tirá-lo. E pode ser também que tenha uma unidade da direita que possa tirar o Bolso-

naro e deixar o Mourão. Eu não acredito nessa possibilidade e, por isso, não me preocupa que o Mourão entre agora. Ele só entraria se eles tivessem unidade em um candidato muito forte para derrubar o Lula e eles não têm. Enquanto não tiverem um nome forte para enfrentar o Lula, não vão tirar o Bolsonaro. Por isso, temos que ir para a rua: “impeachment, impeachment, impeachment”... “Fora, fora, fora”. E tem que construir um debate político com a sociedade para tirar esse homem de qualquer forma. Ou com impeachment, ou ele pede demissão do cargo, ou perde nas urnas. Agora, uma das três alternativas tem que ter.

– O Brasil voltou ao Mapa da Fome. O que piora esse quadro é que o governo parece trabalhar para disseminar a fome, como atuou para disseminar o coronavírus. Quais as ações do MST para ajudar quem sofre com a fome?

– Olha, eu desconfio, ainda é cedo para dizer isso, mas [desconfio] que a maior tragédia do Bolsonaro vai ser a destruição de políticas públicas, desde o SUS, que ele tentou, e a todos os mecanismos de proteção social previstos na Constituição de 1988. O que o Bolsonaro fez junto com o Temer vai ser muito difícil de reorganizarmos. Teto de gastos, reforma da Previdência, reforma do mundo do trabalho... É uma tragédia. Estamos vendo a fome das pessoas desempregadas, uma situação mais grave, mas tem todo um conjunto de outras situações. Vou dar um exemplo. Eu tenho um irmão mais novo que é especial e tinha acesso a um benefício. E o governo, em uma das reformas, fez uma conta [da renda] do meu pai que é agricultor.

Ele vendeu dois alqueires de mandioca no ano passado e na nota do produtor teve uma renda maior. Logo, o benefício do meu irmão foi cortado. Então, ele não tem mais acesso. Ele tem 20 anos, é uma pessoa especial, não pode trabalhar. Minha mãe tem uma aposentadoria, meu pai tem uma aposentadoria e tem dois alqueires de mandioca que colheu. Eu falei: “Isso não pode, como isso aconteceu?” Isso não existe.

HOJE, PARA SE TER NOÇÃO, TEMOS 50 MILHÕES DE PESSOAS QUE ESTÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA, EM SITUAÇÃO DE FOME. É MUITO

Fomos descobrir que há 150 mil crianças especiais na mesma situação do meu irmão: o pai conseguiu um “bico” diferenciado e, por isso, perderam acesso aos seus benefícios e a esse “colchão” que dava segurança a essas pessoas. Estou dando esse exemplo porque isso vale para as empregadas domésticas, empregados, isso vale para o conjunto da sociedade que ao final de quatro anos de governo vai estar com a situação econômica completamente desorganizada,

sem proteção pública do Estado e, o que é mais grave, com uma geração de pobres e miseráveis que dificilmente em um outro governo de quatro anos se consegue recuperar isso. Você se lembra o que foi o trabalho dos governos Lula e Dilma para conseguir ter uma sociedade num patamar mínimo em que não existem pessoas sem comer.

Hoje, para se ter noção, temos 50 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, em situação de fome. É muito: 27% da população está em situação, literalmente, de fome. E isso não é pouca coisa, estou falando de pelo menos uma Argentina ou três [vezes a população de] Portugal. Por isso que a situação da fome é gravíssima. E o que é pior, não se resolve isso com política de assistencialismo ora das igrejas, ora dos movimentos. Isso tem que ser política pública.

Nesse sentido, eu acho que o trabalho realizado pelo Movimento dos Sem Terra até agora cumpriu um papel de solidariedade muito grande no que é possível. Doamos 5 mil toneladas de alimento. Isso é muita coisa ao longo do último ano. E alimento de verdade, não é o que sobrou. É o que nós tínhamos, comida da melhor qualidade. Distribuimos marmitex, comida in natura, arroz orgânico no país inteiro. E isso é um gesto que melhorou a vida das pessoas que receberam, foi muito importante. Isso foi bom para a nossa turma elevar o nível de consciência da importância do que é a reforma agrária e a importância do gesto de solidariedade. Aprendemos isso muito com os cubanos, dividir o que tem e não o que sobra. Então, estou convencido de que o gesto de solidariedade que o MST fez não foi para melhorar a vida das pessoas que receberam, foi para melhorar a vida dos nossos que

deram essa contribuição à sociedade num período muito difícil.

Este é o debate que nós vamos ter que fazer nesse próximo período. Um debate da esperança, que temos de combater a fome e debate que nós precisamos agora ir para um degrau de cima. Não é somente a distribuição de renda. É a distribuição de riqueza. E isso significa termos um projeto um pouco mais - abre aspas - "radicalizado" do ponto de vista da economia. Em que o Estado cumpra essa função e, de fato, [seja capaz de] impedir que se mudar de governo, não possamos voltar completamente a uma situação de miséria que se tinha no passado. [Esse processo de retrocesso] é muito rápido. Estamos falando de seis anos em que se foi toda uma política pública construída ao longo de 15 anos. Não podemos ter um Estado tão frágil que não tenha instrumentos para segurar uma situação como essa. Por isso eu acho que agora temos outras tarefas para tratar o tema da fome e da miséria.

– Os governos Temer e Bolsonaro se comportaram como antagonistas da agricultura familiar. Parece que eles operam para derrotar este setor.

– Eles são contra. É inacreditável. Porque não é só "não vou fazer" ou "vou fazer só um pouquinho". Não. Eles são contra. Não acreditam nisso. E é uma irresponsabilidade o posicionamento deles porque eles podiam dizer assim: "Ah, eu sou liberal". Pô, mas mesmo num governo liberal precisa ter produção de comida para a população, para os trabalhadores. Eles podiam ter criado algum mecanismo de ter pelo menos crédito. Não se propuseram a isso. Se é um governo que se diz "sou capitalista e quero tra-

balhar com a meritocracia", ele podia ter criado isso no campo. "Vou trabalhar com os melhores, vou criar política..." Nada, nada. Entregou toda a política agrícola para o Ministério da Agricultura produzir soja, soja e soja. E mais nada. Uma tragédia anunciada.

O que eu acho que foi o principal que eles prejudicaram o campo, vamos chamar de as cinco grandes maldades do Temer e do Bolsonaro para o campo: 1. as

TEMOS QUE COMBATER A TERCEIRA VIA, QUE SÓ TEM UM OBJETIVO: DESTRUIR A CANDIDATURA DO LULA E DO CAMPO POPULAR

reformas trabalhista e previdenciária. A trabalhista pega pesado os trabalhadores do café, da cana e assim por diante. E a reforma previdenciária deixa a população muito mais empobrecida no campo. 2. o fim das políticas públicas construídas no governo Lula. E, em especial, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Pronaf, que foram alterados completamente, mudando sua função. E o Minha Casa, Minha Vida e os outros programas.

3. Outra grande dificuldade e

um problema que criaram para nós foi a destruição da função do Incra. Hoje o Incra é dirigido por um ex-presidente da UDR [União Democrática Ruralista] que não tem o que fazer na sua fazendinha e foi cuidar de questão fundiária para os ricos. 4. A violência com armamento de fazendeiro e criando essa ideia de que "ocupou, vou resolver na bala". Então, isso é terrível.

E, 5: destruir toda perspectiva de assentamento de novas famílias pelo instrumento de desapropriação de latifúndios improdutos. Essas cinco medidas foram terríveis. Eu poderia dizer uma sexta, que não é só para o campo, que é mais complexa, que é a entrada de 500 novos agrotóxicos liberados por esse governo. Esse é o resultado de seis anos de tragédia de Bolsonaro e Temer.

– Qual é a importância da possibilidade da volta de Lula inocente e como possível candidato à Presidência da República?

– Só a possibilidade de termos o Lula candidato já mudou muito o cenário. Lula conseguiu fazer três feitos em um espaço muito pequeno de tempo. Primeiro, falar com o povão. Isso é importantíssimo. Lula consegue fazer isso. Ele é um dos únicos nossos que tem essa capacidade de dialogar com as pessoas dos três níveis diferentes da sociedade. Segundo, a capacidade dele de interlocução internacional. O mundo quer saber o que o Lula está pensando. E funciona. Talvez seja o melhor microfone que temos para denúncias e para dizer o que está acontecendo aqui no Brasil. O terceiro foi a capacidade de animação da militância, dos movimentos do campo e da cidade e dos partidos. Lula projetou a esperança na vida das pessoas que estão fazendo luta e das que não estão



SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL Em Paris, com Dilma Rousseff, Lula, Fernando Haddad e Sebastião Salgado

fazendo luta. Por si só isso já é um golaço de placa.

Agora, vamos para a segunda etapa que é o Lula líder num Brasil com todas as dificuldades. Ele precisa reafirmar sua liderança num governo trágico como esse, num período de crise social de toda natureza e num período com mais de 500 mil mortes. Então, precisamos de um Lula líder. E a terceira fase, que combina com essa segunda, que é Lula candidato. O resultado da candidatura vai depender muito da capacidade do que vamos fazer ainda em 2021.

Eu brinco que não tem jeito se a gente quiser plantar maxixe e achar que vamos colher uva. Não tem jeito. Só vamos colher uva se plantarmos uva. E para isso tem que fazer luta, tem que organizar a sociedade e tem que ter comando. O Partido dos Trabalhadores vai ter que ter muito carinho nas suas relações de construção unitária, sabendo o seu tamanho, a sua força, a sua história etc.

Estou muito animado porque acho que temos condição de ga-

nhar essa eleição. Não será fácil. Nós vamos ter uma conjuntura no Brasil muito parecida com a dos EUA porque esses “caras” não fizeram um golpe para entregar para o Lula depois. Não é simples assim. Eles vão “caçar problema”. Agora, nós sempre brincamos na esquerda que nós queríamos uma tal de “luta de classes”, não queríamos a conciliação de classes. Portanto, bem-vindos a todos a uma verdadeira luta de classes.

– E a terceira via? Como você vê essa situação?

– Ela existe e é perigosa. Agora, terceira via vem para enfrentar o Lula, não o Bolsonaro. Se estão querendo construir uma outra via é porque não concordam com a ideia de que temos que derrotar o fascismo e a melhor figura, o melhor jogador que temos para derrotar o fascismo é Lula. Não acho que nós devemos brincar com terceira via nem muito menos achar que é natural ter uma terceira via. Temos que combatê-la porque ela só tem um objetivo: destruir a

candidatura do Lula e do campo popular. Não para destruir Bolsonaro. Por isso que eu sou contra qualquer sinal de terceira via, sou contra qualquer vacilação do campo progressista e acho que o Ciro Gomes vai fazer um desserviço ao Brasil com esse tipo de política.

E claro que tem um monte de ensaio, já estamos na terceira onda. A primeira foi com o [Sérgio] Moro. E o Ciro [Gomes]. Já estamos numa segunda onda com o [Rodrigo] Pacheco e o [Eduardo] Leite, que eu não sei se vai se firmar. Tivemos ainda o [Luciano] Huck. Eles vão testar. A Globo não está convencida com as duas candidaturas e setores do grande capital têm dúvidas sobre a manutenção do Bolsonaro porque passam vergonha todo dia. A Faria Lima sofre com o Bolsonaro sendo seu líder. Tem lucro, mas vê como um peso carregá-lo nas costas. É diferente do agronegócio. O agronegócio gosta do Bolsonaro, mas para a Faria Lima é indigesto ter uma figura como Bolsonaro. •



BRASÍLIA A Esplanada dos Ministérios, na capital federal, foi tomada por manifestantes em protesto contra o governo

#24J PELA DEMOCRACIA E PELA VIDA: TODOS NAS RUAS

Na quarta onda de protestos, 600 mil pessoas tomaram as ruas em todos os estados do país e no exterior: Fora, Bolsonaro!

Manifestações massivas marcaram o #24J, a nova onda de protestos ocorridas no sábado. Um dia de luta para o povo brasileiro contra o governo do presidente genocida. A luta pelo impeachment de Bolsonaro, em protesto pelas quase 550 mil mortes pela pandemia de Covid-19, pela volta do auxílio emergencial de R\$ 600 e por vacina para todos.

Os atos reuniram 600 mil pes-

soas, de acordo com os organizadores, que protestaram contra a volta da fome, do desemprego e da inflação e as ameaças autoritárias do General Braga Netto e do presidente da República, que atenta, contra a democracia. A luta de todos que tomaram as ruas foi também pela defesa dos direitos dos trabalhadores e contra todos os retrocessos civilizatórios que o governo Bolsonaro representa.

As manifestações começaram cedo, com grandes atos realiza-

dos em cidades como Rio de Janeiro e Salvador pela manhã. À tarde, a onda de protestos continuou reunindo multidões em Brasília, Porto Alegre, Recife, Florianópolis e São Paulo. Em todos os locais, os militantes e populares se preocuparam em manter o distanciamento sempre que possível e não dispensaram o uso de máscaras.

Os atos do #24J foram somados mais de 500 manifestações em 495 cidades e 18 países. Os protestos foram organizados pe-



Rafael Smaira

SÃO PAULO A Avenida Paulista foi palco de novas manifestações organizadas por entidades da sociedade civil

As frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, que em conjunto agregam mais de uma centena de organizações sociais. Além disso, os protestos foram realizados pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que reúne as centrais sindicais e diversos partidos da oposição – PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB, PSTU, PCB, PCO e UP –, além de organiza-

ções como a União Brasileira dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Em São Paulo, a Avenida Paulista ficou tomada de gente nos dois sentidos, repetindo a cena vista em 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho, quando ocorreram os três primeiros protestos. Um dos discursarem no caminhão

principal, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), o ex-prefeito Fernando Haddad (PT) exaltou os participantes: “Nós estamos aqui com vocês até a última gota de suor para tirar o genocida do Palácio do Planalto”.

Haddad falou a uma multidão estimada em 100 mil pessoas. Ele disse que, desde a redemocratização, no começo dos anos

Reprodução/Twitter @Fernando Haddad

FERNANDO HADDAD

“Os atos de rua vão crescer. Penso que temos de acolher todos aqueles que se opõem a esse governo. Temos de tirar esse governo, preferencialmente pelo impeachment, ou pelas urnas em 2022”





Stefano Figalo - Brasil de Fato

RIO DE JANEIRO Pelo menos 75 pessoas tomaram as ruas no centro da capital fluminense pedindo o impeachment

80, nunca foi tão importante a manifestação dos cidadãos a favor da democracia e pela responsabilização de um governo que se provou genocida e corrupto. “Bolsonaro é um governo de provocação permanente, que testa a paciência dos democratas. E está recebendo a resposta dos democratas”, disse.

“Acredito que os atos de rua

vão crescer. Penso que temos de acolher todos aqueles que se opõem a esse governo. Temos de tirar esse governo, preferencialmente pelo impeachment, ou pelas urnas em 2022”, declarou. “Bolsonaro encarna um sentimento, poderia dizer que é uma recidiva de uma série de maldades que a gente julgava superadas: um discurso

de ódio, de racismo. Mas temos esperança, porque as pessoas estão reagindo”.

Os atos do #24J foram puxados pela desastrada tentativa de tutela da democracia pelo do ministro da Defesa, General Braga Netto. Segundo o *Estadão*, o militar mandou aviso ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) que se

Roberto Parizotti/CUT



SÉRGIO NOBRE

“Foi um dia histórico. Desde a manhã, o povo brasileiro ocupou as ruas nos 27 estados da federação, e não só nas capitais. O povo tomou consciência”



Ricardo Moraes/Reuters



Carl de Souza/AFP



Ricardo Moraes/Reuters

REVOLTA GERAL No Rio, manifestante fantasiado carrega um boneco do presidente para as chamas (foto acima), enquanto jovens posam com cartazes de um bolsonavirus (abaixo à esquerda) e da vacina do impeachment para a cura

não houver voto impresso, não serão realizadas eleições no ano que vem. As declarações do general provocaram forte reação das instituições, de parlamentares e da imprensa.

O #24J foi a quarta grande mobilização popular contra Bolsonaro neste ano. Em 3 de julho, mais de 800 mil pessoas tomaram as ruas do país em mais de 360 cidades, exigindo a saída de Bolsonaro da Presidência. Em 19 de junho, foram 750

mil manifestantes em 400 cidades. E, em 29 de maio, 470 mil pessoas em 213 cidades dos 26 estados e do Distrito Federal e em 14 cidades no mundo.

A presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), e a deputada Erika Kokay (DF) acompanharam a manifestação em Brasília, onde milhares marcharam na Esplanada dos Ministérios. "Não adianta o genocida fazer motociata e ameaçar. Tem resistência e luta", afirmou Gleisi. Já

no Nordeste, o deputado José Guimarães (CE) foi com seus conterrâneos às ruas de Fortaleza, onde a organização estimou a participação de 30 mil pessoas. "Foi grande, foi forte e com muito apoio por onde a caminhada passou. O Brasil vai se unindo pelo impeachment de Bolsonaro", comemorou.

No Sul do país, a deputada Maria do Rosário (RS) celebrou a força do protesto na capital gaúcha: "Imensa e linda caminhada



Tiago Calmon



Camila Guimarães



Mídia Ninja

NORDESTE MOBILIZADO No centro do Recife (acima), o povo encheu as ruas para pedir vacina e comida na mesa. Em Maceió (abaixo à esquerda) e em Imperatriz, no Maranhão, (à direita), as mesmas palavras de ordem: Fora, Bolsonaro!

pelas ruas de Porto Alegre. Nossa cidade dá um grito de basta ao autoritarismo, ao genocídio, à violência e a tudo de ruim que Bolsonaro representa. Queremos viver com alegria, dignidade e esperança". E, no Norte, o líder do PT no Senado, Paulo Rocha, acompanhou a passeata na capital do Pará, Belém.

Presente no ato de São Paulo, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, saudou o que chamou

de "um dia histórico". "Desde a manhã, a classe trabalhadora, o povo brasileiro, ocupou as ruas nos 27 estados da federação, e não só nas capitais. O movimento está indo para o interior. A sociedade brasileira tomou consciência", disse.

"A gente quer um país melhor, não quer ver mais famílias inteiras pedindo auxílio nas calçadas, passando fome, um terço da nossa população desempregada, essa tragédia de mais de meio

milhão de brasileiras e brasileiros mortos e, mais triste ainda, 130 mil crianças que perderam os pais", completou.

Pela manhã, o maior protesto ocorreu no Rio de Janeiro, com a participação de 70 mil a 75 mil pessoas, pelos cálculos do Bloco Democrático, grupo que organizou o ato e reúne movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda. A concentração começou às 10h na Avenida Presidente Vargas, em frente ao



Mídia Ninja



Mídia Ninja



CUT

DENÚNCIA E ALERTA Em Haia, na Holanda (foto maior, acima), manifestantes denunciaram as 550 mil mortes no Brasil pela omissão criminoso do governo. Em Porto Alegre (abaixo à esquerda) e em Fortaleza, a juventude também recorreu ao bom humor e ao deboche para desqualificar a gestão da pandemia pelo governo do presidente genocida

monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares. De lá, os participantes seguiram a pé até a Praça da Candelária.

Salvador foi outra capital que reuniu dezenas de milhares de manifestantes logo pela manhã. O protesto começou às 10h30, no bairro de Campo Grande, e se deslocou até o Centro Histórico. Além de pedidos por mais vacinas e de Fora Bolsonaro, o movimento trouxe outras pautas, como a luta contra a privatização dos Correios. No estado, cidades como Feira de Santana, Alagoinhas e Barreiras também tiveram

atos. “Aqui na Bahia, o recado foi dado: o povo quer vacina no braço, comida no prato, emprego e dignidade”, disse o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Com Bolsonaro o Brasil atravessa uma das maiores crises da sua história recente. De acordo com o IBGE, são 14,8 milhões de desempregados, 33,3 milhões de subutilizados e 6 milhões de desalentados. Além disso, a inflação dos últimos 12 meses foi de 8,06%, com o preço do botijão de gás superando os R\$ 100 em diversas cidades e a alta no preço dos alimentos reduzido o

poder de compra das famílias.

O povo não aguenta mais os retrocessos liderados pelo governo Bolsonaro. A desigualdade social está avançando no país desde o afastamento do PT da Presidência da República, com a derrubada de Dilma Rousseff. Agora, 14,5 milhões de famílias brasileiras voltaram para a extrema pobreza, tendo que sobreviver com uma renda de R\$ 89 per capita por mês. Outras 2,8 milhões de famílias estão em situação de pobreza – vivem com renda entre R\$ 90 e R\$ 178 por membro da família por mês. •

A photograph of General Braga Netto in a military uniform, looking to the left. The image is overlaid with a semi-transparent blue and purple gradient. The background shows a dark sky with a bright lightning bolt on the left side.

AMEAÇA

RECHAÇADA

General Braga Netto manda aviso ao presidente da Câmara: sem voto impresso, não haverá eleições. Deputados do PT entram com notícia-crime contra o ministro da Defesa. Ele precisa se explicar

Numa afronta às instituições brasileiras, o ministro da Defesa, General Braga Netto, fez ameaça direta ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), sobre a possibilidade de o país não ter eleições em 2022, caso o Congresso não aprove a proposta do voto impresso – como se o sistema das urnas eletrônicas fosse sujeito às fraudes. O ataque do general – engrossando os arroubos autoritários do presidente Jair Bolsonaro – foi imediatamente rechaçado. Mas o PT foi além das críticas e apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma notícia-crime contra o general por ameaça à segurança nacional.

A iniciativa partiu dos deputados federais Paulo Teixeira (SP) – secretário-geral do PT – e do líder Bohn Gass (RS). A conduta de Braga Netto, apontam os parlamentares, investe contra as instituições democráticas. “Trata-se de ameaça grave à independência dos poderes Legislativo e Judiciário, especialmente do Tribunal Superior Eleitoral, instituição a quem a Constituição atribui responsabilidade pela condução dos pleitos eleitorais, bem como um ataque às instituições republicanas e à ordem democrática nacional”, apontam.

A denúncia da ameaça feita por Braga Netto foi revelada na quinta-feira, 22, pelo jornal *O Estado de S.Paulo*. O general usou um interlocutor político para um duro recado: sem ‘voto audível’, disposição

GLEISI REAGIU DURAMENTE: “É GRAVE ESSA MILITÂNCIA POLÍTICA DO COMANDO DAS FFAA. EM FEZ DE DEFENDER O PAÍS, O AMEAÇAM?”



DENÚNCIA AO STF Líder do PT, Bohn Gass e o secretário-geral do partido, deputado federal Paulo Teixeira, apresentaram notícia-crime à Suprema...

das Forças Armadas é que pleito não seja realizado. Segundo o jornal, ao dar o aviso, o ministro estava acompanhado de chefes militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A presidenta do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), reagiu imediatamente. “É grave essa militância política do comando das FFAA. Em vez de defender o país, o ameaçam? A Câmara tem de aprovar a convocação do general pretendente a ditador”, criticou.

Procurado pela imprensa, o ministro da Defesa saiu pela tangente e negou que tenha feito a ameaça. O presidente da Câmara não disse nem que sim, nem que não. Não bastaram tais manifestações. O general acusou o Estadão de mentir, mas o jornal não apenas

reiterou o conteúdo, como disse que não recuaria nem um milímetro no que foi publicado. “Ao tentar desmentir a reportagem, Braga Netto confirma o abuso: não cabe a ele nem a nenhum comandante das Forças Armadas tutelar o processo eleitoral e muito menos a democracia. Seu papel está definido na Constituição”.

Não é a primeira vez que representantes do governo fler-

Ueslei Marcelino/Reuters





Fotos: Agência Câmara

...Corte, na sexta-feira, 24, apontando que o ministro da Defesa, General Braga Netto, cometeu crime ao "investir contra as instituições democráticas"

tam com o autoritarismo e fazem ameaças à democracia brasileira. Braga Netto mesmo, ao lado dos comandantes das Forças Armadas, divulgou, recentemente, carta na qual tentava intimidar a CPI da Covid. Além disso, o próprio Bolsonaro participou de evento, ainda no ano passado, no qual manifestantes pregavam a volta do AI-5, e apoiadores do Planalto, inclusive parlamentares, foram investigados por apoiar tais

manifestações fascistas.

Bohn Gass e Teixeira dizem que a manifestação do general é "ultrajante, desrespeitosa, ofensiva e criminoso". E ressaltam que "não é a primeira vez que o alto comando militar investe contra as instituições democráticas". A indicação faz referência ao episódio em que o então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, publicou em 2018 uma mensagem tentando constranger o STF



PANOS QUENTES?

Um dos nomes do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira, reagiu de maneira blasé à ameaça do ministro da Defesa. Não negou, mas também não confirmou ter recebido o recado do general

para que não fosse concedido habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Conduitas como estas, reforçadas por publicações nas redes sociais que pregam ao fim e ao cabo, a ameaça de uma intervenção militar para constranger parlamentares do Congresso Nacional e os ministros das cortes superiores do poder Judiciário, atentando contra a própria independência destes, caracterizam crime contra as instituições democráticas e contra a Constituição, não tendo qualquer amparo na liberdade de expressão albergada pela Carta da República", apontam Teixeira e Bohn Gass na ação encaminhada ao Supremo.

Ao ameaçar a realização das eleições de 2022, o general pode ter cometido crime de responsabilidade, passível de punição até mesmo com impeachment. A opinião é do jurista Mauro Menezes, ex-presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2016 a 2018) e integrante do Grupo Prerrogativas. Houve outras reações. O senador Humberto Costa (PT-PE) pediu que o caso seja apurado pelo Ministério Público Federal e outras instituições competentes.

Mesmo ao negar o conteúdo da denúncia do *Estadão*, Braga Netto insistiu em ultrapassar suas funções. Em nota, defendeu o voto impresso, invencionice que Bolsonaro sacou da cartola para desestabilizar a democracia e ter uma desculpa para não aceitar a derrota nas urnas que certamente sofrerá em 2022, caso não sofra um impeachment antes.

O *Painel da Folha* noticiou na sexta, 23, que, na avaliação de integrantes do Centrão, do STF e mesmo de auxiliares de Bolsonaro, a nota o expôs ainda mais. E foi um tiro no pé. Partidos garantem que o apoio que tinham para derrotar o voto impresso ganhou solidez e suporte popular. "A atu-

ação de Braga Netto na Defesa tem sido classificada como péssima por esses três grupos”, diz o jornal. “O general tem agido de forma muito subserviente ao presidente, e alguns usam o termo ‘capacho’ para se referir a ele”.

Segundo Mauro Menezes, a posição do ministro da Defesa extrapolou sua competência. “A nota comete um desvio de finalidade exorbitante”, disse. “O ministro da Defesa não tem nenhuma competência para interferir em assuntos que digam respeito ao cumprimento do calendário eleitoral”. Ele lembrou que, assim como o presidente, os ministros também estão sujeitos à Lei 1.079, de 1950, e podem ser alvo de impeachment.

Menezes diz ainda que a Comissão de Ética Pública da Presidência deveria atuar na apuração de responsabilidades. “De acordo com o código de conduta da alta administração federal, todos os ministros, inclusive o da Defesa, estão subordinados à competência da Comissão de Ética Pública. Um dos pressupostos fundamentais da ética deriva da expectativa de que as autoridades não atuem com desvio de finalidade”, lembra.

O esforço de Braga Netto de reforçar a bandeira de Bolsonaro sobre o voto impresso parece ter revertido qualquer chance da proposta vir a ser aprovada. O projeto do voto impresso quase foi derrotado em reunião na sexta, 16, na comissão especial da Câmara que avalia a medida, mas uma manobra de governistas adiou a votação para 5 de agosto, depois do receso parlamentar.

A nomeação do senador Ciro Nogueira (PP-PI), um dos próceres do centrão, ao comando da Casa Civil da Presidência da República, conforme anunciado como início de nova reforma ministerial de Bolsonaro, também é vista como estratégica nesse plano de restringir a influência dos fardados no governo. •

ISOLADO E SEM FORÇA, BOLSONARO PERDE PODER

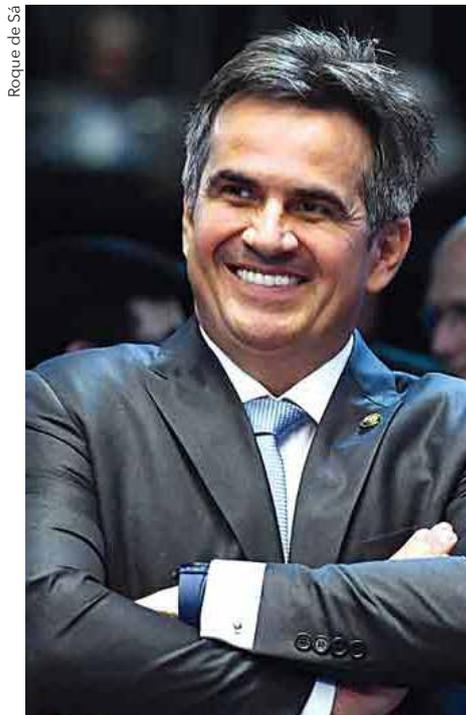
Ao colocar líder do Centrão na Casa Civil, presidente abre mão não só dos anéis, mas dos dedos. Políticos agora querem reativar Ministério do Planejamento

O governo se sacode para tentar se manter de pé. Uma nova reforma ministerial foi anunciada na semana que passou pelo presidente Jair Bolsonaro. É mais uma tentativa de manter-se no poder. O Palácio do Planalto está ameaçado pela perda de popularidade e pelos crimes de corrupção cometidos no Ministério da Saúde, além da morte de quase 550 mil brasileiros, vítimas da negligência criminosa do Chefe da Nação.

Na quarta-feira, 21, o país foi surpreendido com a informação de que o senador do PiauÍ, Ciro Nogueira, presidente do PP, será nomeado por Bolsonaro para a Casa Civil. A mudança foi discutida em uma reunião na véspera no Planalto. O presidente também resolveu tirar Onyx Lorenzoni (DEM) da Secretaria Geral da Presidência e transferi-lo para um redivivo Ministério do Trabalho – readequando o General Luiz Eduardo Ramos em seu lugar.

“Preciso salvar o governo”, disse Bolsonaro aos assessores quando revelou que chamaria Ciro para o Planalto. Pode ser pouco. No sábado, 24, a Folha destacava que o Centrão almeja ainda tomar conta do Ministério do Planejamento – hoje incorporado ao Ministério da Economia de Paulo Guedes. A velha política gostaria de ter mais acesso ao Orçamento, diminuindo a força do Posto Ipiranga.

Mesmo a revelação de que Braga Netto mandou ultimato a Arthur Lira, ameaçando-o de não realizar as eleições gerais



NA CASA CIVIL O novo ocupante do Palácio do Planalto, Ciro Nogueira

do próximo ano, caso não seja adotado o voto impresso, parece ter sido uma manobra clássica do Centrão. Expôs o general, deixando-o sob a artilharia da imprensa, enfraquecendo os militares perante os olhos da opinião pública.

O silêncio eloquente do General Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que, no passado, chegou a cantar o velho samba de Bezerra da Silva – “se gritar pegar ladrão” – para se referir ao Centrão, mostra que os profissionais da “velha política” vieram para ficar. Pelo menos até que Bolsonaro sofra mais ataques e fique ainda mais dependente. Um presidente fragilizado e nas mãos do Centrão é tudo que a turma do PP quer. •



Fotos: Alessandro Dantas

GESTÃO TEMERÁRIA As compras e negociações de vacinas pelo Ministério da Saúde, sob a gestão do General Eduardo Pazuello e do Coronel Élcio Franco, estão sob o escrutínio rigoroso dos integrantes da comissão do Senado

MILITARES NA MIRA DA CPI

As compras de vacinas sob suspeita, feitas na gestão do General Eduardo Pazuello, envolvem outros oficiais das Forças Armadas, que agora também estão no centro das investigações do Senado

No começo, as suspeitas de irregularidades nas compras das vacinas pelo Ministério da Saúde pareciam circunscritas ao segundo escalão da pasta.

À medida que as investigações da CPI da Covid do Senado se aprofundam, surgem mais evidências de que militares do governo de Jair Bolsonaro estão no centro das suspeitas de corrupção envolvendo compra superfaturadas de imunizantes contra o coronavírus. O General Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e que agora ocupa um cargo ligado diretamente à Presidência da República, não é o único oficial de alta patente das FFAA na mira dos senadores.

Dos sete núcleos de investigação em funcionamento na CPI, pelo menos três - justamente os de maior potencial

explosivo - estão apurando fatos ligados à atuação de militares na gestão de Pazuello no Ministério da Saúde. Estão sob investigação direta coronéis da reserva que ocupavam a cúpula da pasta.

Um deles é o Coronel da reserva Élcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde e braço direito de Pazuello. Ele é investigado pela CPI da Covid também pelo atraso na aquisição de vacinas. E foi quem conduziu a negociação da vacina Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech, suspensa pelo atual ministro Marcelo Queiroga após suspeitas de irregularidades. Franco é assessor especial da Casa Civil.

Outro militar de alta patente sob investigação é o também Coronel da reserva Marcelo Blanco da Costa. Ele era o diretor substituto de Logística

do Ministério da Saúde e foi citado pelo vendedor da Davati Medical Supply, Luiz Paulo Dominghetti Pereira, como o responsável por intermediar e participar de um jantar com o então diretor de Logística da pasta, Roberto Dias, a quem acusa de cobrar propina de US\$ 1 pela aquisição de cada dose da AstraZeneca.

O Coronel Marcelo Bento Pires é outro sob investigação da CPI. Ele foi diretor de Programa do Ministério da Saúde, apontado pelo servidor da pasta Luis Ricardo Miranda como um dos autores da pressão para agilizar a liberação de documentos para a importação da vacina Covaxin. Outro militar de alta patente sob a mira da CPI é o Tenente-coronel Alex Lial Marinho, coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde, indicado por

Pazuello para o cargo. É apontado pelo servidor Luis Ricardo Miranda como um dos autores da pressão para importação da Covaxin, apesar da falta de documentos junto à Anvisa.

O militar de baixa patente que está tendo a vida funcional esmiuçada é o ex-sargento da Aeronáutica Roberto Ferreira Dias. Ele é o ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, acusado por Luiz Paulo Dominghetti de cobrar propina. Dias é uma das pontas investigadas.

As digitais dos militares estão presentes na tentativa da empresa Precisa Medicamentos de vender doses da Covaxin ao Ministério da Saúde, no fim de 2020. A negociação é a principal linha de apuração da CPI, que deixou de fazer audiências públicas, mas continua trabalhando internamente na identificação de documentos.

Outra linha de investigação da CPI que aponta diretamente para as Forças Armadas é a produção pelo Laboratório do Exército de cloroquina, um medicamento antimalárico sem ação contra a Covid-19. O Exército tem em estoque medicamento para os próximos 18 anos. Até agora não foi possível apurar quem deu a ordem direta para a força ampliar a produção. Os ministérios da Saúde e da Defesa negam ter partido deles a decisão.

As citações a militares resultaram num atrito entre a caserna e a CPI. A tensão culminou com uma nota pública assinada pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica criticando o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM). Na volta do recesso, o colegiado quer ouvir o ministro da Defesa, General Braga Netto. O colegiado quebrou o sigilo dos e-mails do general.

Há dois requerimentos para

LABORATÓRIO INDIANO APONTA FRAUDE À CPI

Documentos da Precisa para o Ministério da Saúde foram falsificados, diz a fabricante da Covaxin. A Bharat Biotech anunciou a extinção do acordo com a empresa brasileira, suspeita de superfaturamento na venda do imunizante ao governo brasileiro

O laboratório indiano Bharat Biotech, fabricante da vacina Covaxin, negou a autenticidade de dois documentos enviados pela Precisa Medicamentos para o Ministério da Saúde. Os papéis com o carimbo da indústria farmacêutica apresentado ao governo brasileiro em nome da Bharat Biotech tinha uma assinatura falsa de um suposto diretor-executivo e papel timbrado. A farmacêutica indiana anunciou a extinção imediata do acordo com a Precisa Medicamentos.

"Recentemente, fomos informados de que certas cartas (conforme anexo), supostamente assinadas por executivos da empresa, estão sendo distribuídas online. Gostaríamos de ressaltar, enfaticamente, que esses documentos não foram emitidos pela empresa ou por seus executivos e, portanto, negamos veementemente os mesmos", diz nota divulgada na sexta-feira, 23, pelo laboratório indiano.

Procurada pelo UOL, a Pre-

cisa disse que "jamais praticou qualquer ilegalidade". Sobre o rompimento do acordo com a Bharat Biotech, a empresa brasileira disse que foi uma decisão "precipitada", "consequência direta do caos político que se tornou o debate sobre a pandemia".

As duas cartas de autenticidade contestada pela Bharat Biotech constam nas 1.008 páginas do processo de compra da Covaxin, enviadas pelo Ministério da Saúde para a CPI da Covid no Senado. As cartas são datadas de 19 de fevereiro deste ano, seis dias antes da assinatura do contrato entre o Ministério da Saúde e a Precisa para fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin.

O valor de cada dose, US\$ 15, foi o mais alto contratado pelo Brasil, totalizando um compromisso de pagamento de R\$ 1,6 bilhão. Após a instauração da CPI, o contrato foi suspenso pelo Ministério da Saúde. •

convocação de Braga Netto. Um foi motivado pela reunião realizada no Planalto que chegou a tratar de uma proposta de mudar a bula da hidroxicloroquina para que ela pudesse ser recomendada contra a covid. O remédio não funciona contra a doença.

Outro requerimento busca detalhar o papel do general à frente do Comitê de Crise montado para traçar planos para conter o avanço do vírus. O trabalho é alvo de críticas do Tribunal de Contas da União (TCU), que faz auditorias na governança do trabalho. •

UMA IMAGEM TRINCADA

Pesquisas apontam a crescente perda de prestígio das Forças Armadas e um aumento progressivo da reprovação popular à participação de militares no governo de Jair Bolsonaro

Por **Matheus Tancredo Toledo**

A mais recente pesquisa do instituto Datafolha apontou uma desaprovação da população em relação à participação de militares na política – com um total de 58% dos brasileiros reprovando a presença destes em cargos da administração pública.

Destacamos tais dados no Boletim 11 do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (NOPPE). Outros dados divulgados por institutos de pesquisa nos últimos dois anos e meio, que demonstram que, desde o começo do governo Bolsonaro, houve um abalo considerável da imagem das Forças Armadas.

Ao início do mandato de Bolsonaro, dois dados chamaram a atenção. Segundo o IBOPE, em pesquisa realizada em janeiro de 2019, 62% concordavam com a ideia de um governo militar – uma novidade na série histórica do instituto; em 2014, por exemplo, apenas 32% mostravam simpatia a essa ideia. Em abril do mesmo ano, levantamento do Datafolha trouxe dados semelhantes: 60% dos entrevistados consideravam positiva a participação de militares no governo. Estes dados reforçaram à época uma ideia de que o governo Bolsonaro, recém-eleito, se beneficiava do prestígio de ter entre seus quadros membros e comandantes de uma instituição que tinha índices substanciais de

confiança e aprovação na opinião pública. Segundo o Datafolha, na mesma época, 80% dos brasileiros tinham algum grau de confiança nas Forças Armadas.

Desde então, diversos institutos apontam que – seja pelo desempenho do governo, que teve índices significativos de reprovação antes e durante a pandemia, seja pelas controvérsias envolvendo os militares aliados a Bolsonaro – o quadro mudou consideravelmente.

Já em 2020, durante a pandemia, o instituto Poderdata – divisão de pesquisas do portal Poder360 – revelou que 50% dos brasileiros tinham algum grau de desconfiança nas Forças Armadas. A pesquisa, realizada em junho daquele ano, apontou que os brasileiros estavam relativamente divididos sobre a participação dos militares no governo Bolsonaro: 37% viam de forma negativa e o mesmo número viam de forma positiva – dados que contrastavam com o alto prestígio das FFAA e com a aprovação da presença militar no governo vistas no início do mandato.

Duas pesquisas realizadas em abril deste ano confirmam essa tendência. O instituto Ideia Big Data, em parceria com a revista Exame, questionou seus entrevistados sobre o aumento ou diminuição da confiança em diversas instituições durante a pandemia. Se, por um lado, houve aumento do prestígio do SUS para 35%, por exemplo, 18% perderam a confiança nas Forças Armadas – um número considerável se pon-

derarmos que por muito tempo tinham confiança e prestígio bastante sólidos frente à população.

No mesmo mês, o PoderData verificou aumento de 8% na rejeição dos brasileiros à ideia de militares no governo federal – 45% avaliaram como ‘ruim’ esta ideia. No mês seguinte, o Datafolha confirmou tal tendência. Segundo pesquisa realizada nos dias 11 e 12 de maio de 2021, eram 54% os que eram contrários à presença de militares em postos da administração pública.

Considerando esses dados mais recentes, de que 58% reprovam tal presença no Executivo, é possível chegar a algumas hipóteses e até a conclusões. Há uma deterioração razoável e contínua da avaliação dos militares no governo federal e das próprias Forças Armadas enquanto instituição.

No início do governo a presença de fardas na Esplanada dos Ministérios e no Palácio do Planalto emprestava a Bolsonaro parte do prestígio e confiança que as FFAA tinham até então. Passados mais de dois anos, Bolsonaro, que ainda tem como fiadores os militares que ainda estão ao seu lado e que fazem coro às suas políticas desastrosas, arranha consideravelmente a imagem das Forças Armadas.

Não obstante, a atuação de militares, como o ex-ministro da Saúde e general da ativa Pazuello, retira prestígio das FFAA e reduz a simpatia dos brasileiros pela presença de fardados no Executivo. •

Cientista político e analista do Noppe da Fundação Perseu Abramo.

LULA: “VACINA PARA TODOS”

Em entrevista à TV italiana ‘Sky tg24’, ex-presidente volta a cobrar do G20 quebra de patentes. E volta a criticar Bolsonaro e o papel dos EUA na colaboração suspeita com a Lava Jato

Na mesma semana em que a OMS e a OMC, duas das mais importantes agências da ONU, reconheceram o fracasso na distribuição de vacinas às economias mais pobres, o presidente Lula voltou a enfatizar a necessidade de uma reestruturação das Nações Unidas. Para Lula, a mudança está no cerne da construção de uma nova governança global.

O primeiro passo está na quebra das patentes das vacinas, insiste o ex-presidente. Ele fez a defesa em entrevista ao programa italiano Sky tg24, na sexta-feira, 23. “Vacina não deve ser só para quem pode comprar, mas para todos os seres humanos”, disse. Lula enalteceu as relações do Brasil com a União Europeia, em especial a Itália e lembrou do papel dos EUA na Lava Jato.

“Acho que falta uma governan-

ça global que leve em conta a realidade do mundo de hoje”, disse. “As Nações Unidas hoje não representam mais a geopolítica atual”. Na avaliação do ex-presidente, a solução para a pandemia deve ser global, com os países mais ricos assumindo a responsabilidade no enfrentamento da crise.

“Há muito tempo venho dizendo que a vacina deve ser um bem para a humanidade”, justificou, ao abordar a quebra das patentes dos medicamentos. “Os países ricos devem ser capazes de garantir que todos os países - independentemente de sua condição econômica - possam receber vacinas”, disse. “Porque todos os habitantes do planeta têm o direito de serem tratados com dignidade”. Ele lembrou que, num mundo globalizado, “sempre há uma maneira de marginalizar uma parte da humanidade”.

“Já mandei mensagem a [Joe]

Biden, a [Emmanuel] Macron, a Angela Merkel, para a China... As vacinas devem chegar a quem não tem chance”, cobrou. “Então, se eu pudesse enviar uma mensagem ao [Mario] Draghi [primeiro-ministro da Itália], eu diria que é importante que na reunião do G20, em outubro, a decisão [de quebrar patentes] seja tomada por todos os países, para compensar as deficiências nos países mais pobres. O apelo que gostaria de fazer é o seguinte: a vacina não é só para quem pode comprar, mas para todos os seres humanos”, disse.

Sobre a Lava Jato, foi taxativo: “Temos provas da participação do Departamento de Justiça dos EUA, temos provas da participação de procuradores americanos”, disse. “Houve interferência em meu encarceramento porque uma mentira foi contada a meu respeito”, contou. • Agência PT

“BOLSONARO TEM RESPONSABILIDADE CENTRAL PELA TRAGÉDIA”

Arquivo

Ex-ministro da Saúde, Temporão diz que situação está menos ruim por conta da vacinação, ainda lenta e gradual, com cobertura de apenas 17% da população. É pouco diante do quadro dramático que o país vive; e o governo continua sem política de contenção da Covid

Por Pedro Camarão

Ex-ministro da Saúde durante o segundo mandato do ex-presidente Lula, o médico José Gomes Temporão afirma que o momento do Brasil é delicado porque a parcela da população completamente vacinada ainda é baixa ao mesmo tempo em que o país está vendo a variante Delta da Covid-19 se disseminar pelos estados.

Temporão afirma que as notícias sobre a chegada lenta da variante são muito improváveis e são enormes as chances de que ela já esteja largamente disseminada. O ex-ministro afirma que o governo foi criminoso na condução

do enfrentamento à pandemia e que Jair Bolsonaro encarna em si todas as sandices cometidas. Leia a seguir os trechos da entrevista concedida à **Focus Brasil**.

Focus Brasil – O Brasil tem visto uma diminuição no número de mortes diárias e no número de novos casos. No entanto os números ainda estão em patamares altos e próximos do que foi o pico da primeira onda. Existe um otimismo crescente em função do avanço da vacinação. O momento ainda é delicado ou estamos em uma situação de controle?

José Gomes Temporão – Quando você analisa as principais dimensões no enfrentamento da pandemia, sejam as atribuições

do governo federal, política de comunicação, econômica, desigualdade estrutural, tratamento das medidas não farmacológicas, só tem uma dimensão sobre a qual você pode afirmar que houve uma mudança significativa em todo esse cenário que foi, exatamente, a vacinação.

Ou seja, o Brasil continua sem comando, sem coordenação, sem estratégia de comunicação, a economia não está a serviço da defesa da vida e da saúde, o presidente da República continua sendo disseminador de fake news e mentindo sobre a doença. O tal “tratamento precoce” não existe, mas continua sendo apoiado. A vacinação é o único vetor diferencial. É à luz disso que nós temos

que analisar a situação. O ritmo em que a vacinação está se dando nos permite ser otimistas? No curto prazo, não. Estamos com 17% da população brasileira com duas doses. Quando você olha para os EUA e para a Europa, a maioria dos países já acima de 50% da população com duas doses.

– Ainda não dá para comemorar...

– A introdução da variante Delta, por exemplo, quando você olha o Brasil que tem 40% da população com uma dose e só 17% com duas doses, se essa variante tiver o mesmo comportamento que apresentou na Europa, devemos ficar preocupados e atentos. Então, eu diria que [a situação] é de relativo otimismo, considerando que, de alguma forma, estamos dando continuidade ao processo de vacinação e, no segundo semestre, o Ministério da Saúde sinaliza com um número mais expressivo de doses disponíveis para a população. Entretanto, [é de] cautela por conta de que vamos demorar para obter uma cobertura vacinal de 70%, 80% com duas doses. E a introdução da variante Delta é um alerta importante. Estamos com uma média móvel de óbitos que é acima do mais alto nível que atingimos no ano passado. É como se a sociedade brasileira tivesse se acostumado com uma situação dramática, 1.200 pessoas morrendo por dia de Covid-19. É absurdo.

– A variante Delta está levando caos à Indonésia e à Índia. O senhor acha que o Brasil está preparado? A mídia tem sido pouco clara sobre o assunto. E informa sobre a detecção de alguns casos no Rio e em São Paulo. Mas o nosso nível de testagem é muito baixo...

– Exatamente. Essas notícias de que “aumentou de 4 para 63 em poucos dias”... Isso é ridículo.

Na verdade, o Brasil continua testando pouco, nossa capacidade de vigilância genômica é muito limitada, muito lenta, pouco expressiva embora tenha melhorado. É uma das poucas áreas em que nós melhoramos efetivamente. Então, como o Brasil está testando pouco, não temos a menor ideia de qual é a real dimensão de circulação dessa variante, percebe? A nossa suspeita é de que ela já está largamente disseminada nos principais estados. A dúvi-

**ESTAMOS COM
UMA MÉDIA DE
ÓBITOS ACIMA DO
MAIS ALTO NÍVEL
DE 2020. É COMO
SE TIVÉSSEMOS
ACOSTUMADOS
COM 1.200
MORTES POR DIA**

da é se ela vai deslocar a P1, que é a variante hegemônica nesse momento, e substituí-la. Se isso acontecer, sabemos o que aconteceu nos outros países. Embora a gravidade do quadro clínico causado pela variante Delta não seja maior, sua transmissibilidade é. Isso significa que, como temos ainda um percentual muito pequeno de pessoas protegidas com duas doses, vamos ter um número maior de casos. E, possivelmente, de internações. Talvez não de óbitos. Mas isso pode pressionar de novo o sistema de

saúde em termos de internações.

– Fala-se muito agora em reabrir escolas, fazer eventos testes com número reduzido de pessoas. O senhor acredita que este seja o momento ideal para essa reabertura?

– Vários municípios já deram início à reabertura das escolas. Uma reabertura gradual, planejada, baseada na ciência, no primeiro momento, mista com ensino à distância e presencial, mantendo distanciamento, mantendo uso de máscaras, medidas de higiene e limpeza sendo redobradas. Mas nós sabemos que a realidade da rede pública de educação é muito complicada. Infelizmente, o que vi é que reabrimos shoppings, restaurantes, bares e mantivemos as escolas fechadas, o que é uma contradição em si. Eu acho que está avançando a cobertura vacinal de professores e trabalhadores da área da educação, isso é altamente positivo. Estamos sinalizando a inclusão da população acima de 12 anos dentro dos grupos prioritários para vacinação, estão sendo testadas vacinas para crianças abaixo de 12 anos. Então, acho que essa questão tem que ser levada com seriedade como uma política da sociedade brasileira. Nós temos que reabrir as escolas, mas com seriedade, com competência e preservando a vida.

– Qual é a responsabilidade do governo Bolsonaro na tragédia que o Brasil vive?

– Ela é central, é decisiva, definitiva. E ela é intransferível. O presidente da República encarna em si todos os erros e equívocos, sandices e crimes cometidos pelo governo federal durante esse período. A CPI está desvendando isso de maneira bastante didática para toda a sociedade brasileira e a nossa expectativa é que esses criminosos sejam punidos na forma da lei. •



Divulgação

UFRJ DESENVOLVE UM TESTE DE BAIXO CUSTO

Exame custa R\$ 30 e permitirá ao SUS diagnóstico de Covid por mostra de saliva e secreção nasal

Mais uma vez, uma universidade pública, setor tão vilipendiado pelo neoliberalismo brasileiro, contribui decisivamente pelo progresso da ciência no Brasil. Cientistas do Instituto de Bioquímica e do campus Duque de Caxias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criaram um kit que diagnostica a presença de coronavírus a partir de mostras de saliva e de secreção nasal. Com custo baixíssimo – R\$ 30 reais – é possível obter um diagnóstico de Covid-19.

Uma pesquisa realizada com 60 pacientes mostra que o teste tem 100% de eficácia em comparação ao invasivo exame PCR, que tem um custo mais elevado. De acordo com pesquisadores, o exame pode ser realizado em lugares com pouca infraestrutura

e o resultado é conferido a partir da cor exibida. Se a amostra ficar rosa o resultado é negativo. Se ficar amarela, é positivo.

Coordenada pelas pesquisadoras Mônica Lomeli e Fabiana Ávila Carneiro, a equipe conta ainda com a participação de cinco alunos da UFRJ das áreas de Biotecnologia, Engenharia Química, Engenharia de Bioprocessos e Nanotecnologia.

A meta prioritária é fazer a distribuição do kit pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “Queremos tornar possível a comercialização dos testes. Por isso estamos em busca de parceiros que nos ajudem a produzir em larga escala”, explica Fabiana Ávila Carneiro. “O SUS é nossa meta prioritária, pois dessa forma poderemos contribuir para o maior acesso da população ao diagnóstico e cooperar para o enfrentamento da pandemia”.

O Lamp-COVID-19 identifica pedaços de RNA do coronavírus. A eficácia do novo teste em comparação ao PCR tradicional é de 100%, segundo a UFRJ. •



MORRE O EX-MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP

Morreu no sábado, 24, o ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antônio Raupp, aos 83 anos. De acordo com a família, ele faleceu por insuficiência respiratória aguda, decorrente de um tumor cerebral. Raupp foi ministro no governo Dilma.

Antes disso, ele já havia sido diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Em São José dos Campos, Raupp participou da criação e implantação do Parque Tecnológico, o qual dirigia atualmente.

A ex-presidenta Dilma Rousseff divulgou nota: “O Brasil perde um de seus cientistas mais talentosos e inovadores com a morte de Marco Antônio Raupp. Ele criou a Embrapii, a Agência Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial”.

“Marco Antônio Raupp é um orgulho para o nosso país, sobretudo num momento em que os cientistas brasileiros lutam e resistem a um governo negacionista que despreza a ciência”, destacou Dilma.

O presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, também lamentou a morte do professor. “É uma grande perda para a ciência e para a democracia”, lembrou. •



SEMIPRESIDENCIALISMO COMO REPRISÉ HISTÓRICA

É preciso cuidar para que a história não seja reencenada como pantomima. A proposta de adoção do sistema volta a circular às vésperas das eleições de 2022. Mas, caso venha a prosperar, reeditará um passado que muitos prefeririam esquecer

Por Ricardo Lewandowski

Um conhecido filósofo alemão, ao escrever sobre o golpe de Estado que levou Napoleão 3º ao poder na França em 1851, concluiu que todos os fatos e personagens de grande importância na história se repetem, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Aqui, a proposta de adoção do semipresidencialismo, ligeira variante do parlamentarismo, que volta a circular às vésperas das eleições de 2022, caso venha a prosperar, possivelmente reeditará um passado que muitos prefeririam esquecer.

O parlamentarismo consolidou-se entre nós no Império, durante o Segundo Reinado, a partir de um decreto de Dom Pedro 2º, assinado em 20 de julho de 1847, que criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Cabia a este, depois de nomeado pelo monarca, titular do Poder Moderador, indicar os demais membros do ministério.

Ao contrário, porém, do ocorre no parlamentarismo britânico, em cujo modelo o brasileiro teria se inspirado, o imperador podia nomear quem lhe aprouvesse como primeiro-ministro, mesmo que não representasse o partido detentor da maioria das cadeiras no Parlamento. Podia, inclusive, fazê-lo antes mesmo das eleições, como lhe facultava a Constituição de 1824. Daí ser chamado de “parlamentarismo às avessas”.

Com a Proclamação da República em 1889, à semelhança da grande maioria dos países americanos, o Brasil adotou o presidencialismo, o qual perdurou, com altos

e baixos, até a renúncia de Jânio Quadros em 25 agosto de 1961, cujo sucessor constitucional era o seu vice-presidente, João Goulart, à época em viagem oficial à China.

Diante das resistências à sua posse por parte de setores conservadores da sociedade, que o vinculavam ao sindicalismo e a movimentos de esquerda, instalou-se um impasse institucional. Para superá-lo, o Congresso Nacional aprovou, em 2 de setembro do mesmo ano, uma emenda constitucional instituindo o parlamentarismo.

Com isso, permitiu a posse de Goulart, embora destituído de grande parte dos poderes presidenciais, que passaram a ser exercidos por um gabinete de ministros chefiado pelo ex-deputado Tancredo Neves.

A mudança do sistema de governo, todavia, longe de ar-

refecer a crise política, acabou por ampliá-la, levando à convocação urgente de um plebiscito, marcado para o dia 6 de janeiro de 1963, no qual o povo, por expressiva maioria, decidiu pelo retorno ao presidencialismo.

Com os poderes presidenciais recuperados, Goulart anunciou as chamadas “reformas de base”, que compreendiam, dentre outras, a desapropriação de latifúndios rurais, a extensão do voto aos analfabetos, a limitação à remessa de lucros para o exterior, a redefinição do uso do solo urbano, a encampação de refinarias de petróleo privadas e a ampliação da carga tributária. Foi derrubado, logo em seguida, sendo substituído por uma junta militar, após 31 de março de 1964.

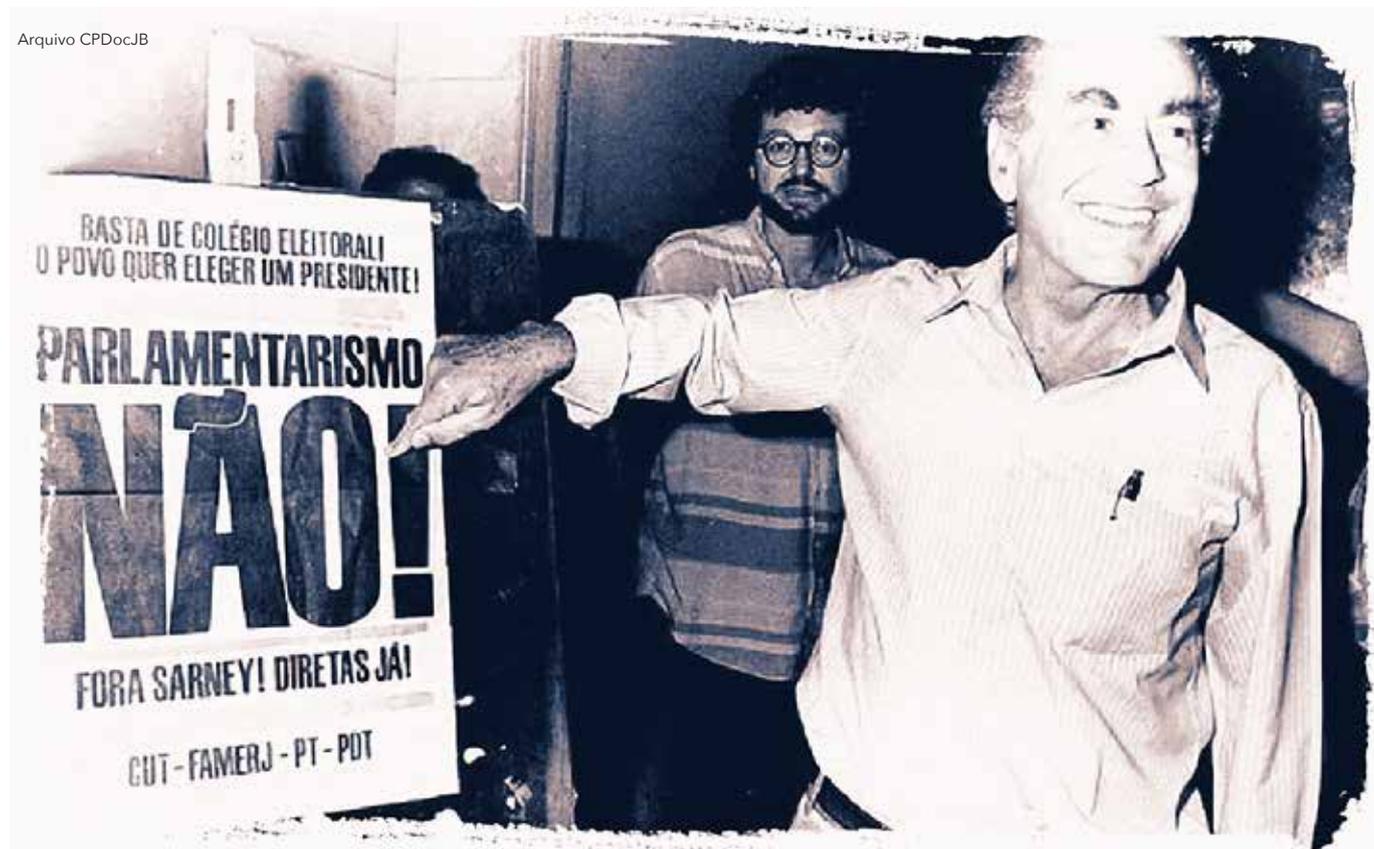
Com a volta da democracia, os constituintes de 1988 retomaram o presidencialismo, prevendo, no entanto, a convocação de um novo plebiscito sobre o tema. A consulta popular ocorreu em 21 de abril de 1993, tendo os eleitores rejeitado maciçamente o parlamentarismo.

Agora ressurgem, aqui e acolá, iniciativas para a introdução do semipresidencialismo no país, a rigor uma versão híbrida dos dois sistemas, em que o poder é partilhado entre um primeiro-ministro forte e um presidente com funções predominantemente protocolares.

Embora atraente a discussão, do ponto de vista doutrinário, é preciso cuidar para que a história não seja reencenada como pantomima. •

Ministro do Supremo Tribunal Federal, é professor titular de Teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Artigo publicado originalmente na *Folha de S.Paulo*.

NO PASSADO,
A MUDANÇA
DO SISTEMA DE
GOVERNO, LONGE
DE ARREFECER A
CRISE, ACABOU
POR AMPLIÁ-LA.
E RESULTOU NO
GOLPE DE 1964



DE NOVO, A ENGANOSA SAÍDA PARLAMENTARISTA

A efetiva contenção da severa crise institucional gerada pela eleição de um inimigo da democracia, como Jair Bolsonaro, passa pelo seu afastamento do poder. Não há espaço para manobras

Por Mauro de Azevedo Menezes* e Marco Aurélio de Carvalho**

Em artigo, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, alertou para o caráter farsesco da rediviva proposta parlamentarista, apresentada por lideranças políticas do campo conservador como saída para a crise política atual.

Vale registrar, sem qualquer espanto ou surpresa, que o debate já superado sobre este tema apenas ganhou novos holofotes após as pesquisas de opinião pública registrarem que

o PT segue como líder absoluto na preferência popular, isolado na “dianteira” com confortáveis e significativos 22% do eleitorado nacional.

Ajuda a explicar, também, a posição do ex-presidente Lula nas pesquisas para as próximas eleições presidenciais de 2022. Reabilitado eleitoralmente, após condenações injustas e criminosas, Lula é o franco favorito em todas as sondagens e cenários. Nada mais justo e merecido!

Na visão ponderada e arguta do integrante do Supremo, a ideia, agora oferecida sob o disfarce semipresidencialista, objeto inclu-

sive de especulação do ex-ocupante da Presidência da República Michel Temer e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), constitui uma versão requeitada de iniciativas já rejeitadas pela sociedade brasileira em 1963 e 1993.

Em uma análise enriquecida por elementos históricos, Lewandowski aponta que soluções destinadas a enfraquecer os poderes do presidente da República costumam malograr em seu intento de contenção de turbulências, servindo na verdade a interesses inconfessáveis das elites econômicas.

O pronunciamento do minis-

tro sobre o tema, iniciativa rara e sempre bem calculada na trajetória de um magistrado sabidamente comedido aos limites de sua jurisdição, decorreu certamente do afã com o qual o seu colega de bancada, o ministro Luís Roberto Barroso, saiu com desenvoltura em defesa da cogitação de reforma do sistema político do país. E o contraponto firmado faz todo sentido.

Um dos pressupostos da adoção do sistema parlamentarista repousa na existência de partidos políticos ou blocos parlamentares que expressem de maneira reconhecida e nítida a identidade das alternativas políticas para a condução social, econômica e cultural da Nação.

No caso brasileiro, a pulverização partidária atingiu níveis insuportáveis e nocivos à estabilidade da configuração político-ideológica das forças com representação parlamentar. Por outro lado, a previsibilidade da orientação de posições das instâncias partidárias igualmente se encontra sob grave perturbação. A práxis da atuação dos partidos e de seus representantes, cada vez mais, expõe incoerências assustadoras, potencializadas pela banalização dos compromissos partidários e pelo caráter excessivamente individualista e até mesmo negacionista do valor da política, protagonizados por diversos parlamentares eleitos.

Em tal contexto, não vicejam os pilares fundamentais ao sucesso de uma empreitada parlamentarista, nem mesmo a médio prazo. Uma opção que viesse a transferir poderes típicos do Executivo para o parlamento representaria autêntico salto no escuro, constituindo uma aventura de temerárias consequências para a preservação de uma democracia sob ameaça intestina, causada por um governo que atenta diuturnamente contra a Constituição.

A efetiva contenção da severa crise institucional gerada pela eleição de um inimigo da democracia e da República como Jair Bolsonaro passa pelo seu afastamento do poder, seja pela decretação do impeachment, haja vista o cometimento de incontáveis crimes de responsabilidade, seja pela instauração de processo por crimes comuns junto ao STF.

E, caso não haja condições de viabilidade institucional ou política para tanto, é imperativo que seja restaurada a legitimidade da

MAIS UMA VEZ A SAÍDA DESENHADA EM NOSSO PAÍS ASSUME O CARÁTER INDISFARÇÁVEL DE MANIPULAÇÃO DAS ELITES

Presidência da República com a realização de novas eleições, o que também ocorrerá na hipótese de encurtamento do atual mandato presidencial.

Somente assim o Brasil terá chance de recuperar a trilha de uma governança respeitosa do Estado de Direito e da ordem constitucional. Condicionar essa virada de página a uma atenuação dos poderes do novo presidente da República eleito, mesmo em período subsequente, sugere um casuismo próprio de

quem deseja perpetuar políticas antipopulares, ora sendo implementadas por Bolsonaro e seus auxiliares.

Como assinalou sabiamente o ministro Lewandowski, manobra semelhante fracassou no início dos anos 1960, ao trazer o germe da violação da legalidade constitucional, disseminado largamente a partir do Golpe Militar de 1964. E, ainda, a opção presidencialista pura foi sufragada por expressiva maioria, não apenas em 1963, assim como no plebiscito de 1993, preconizado no Ato das Disposições Transitórias do texto constitucional de 1988, não subsistindo fundamento institucional para uma alteração do sistema político no país sem ao menos uma nova consulta popular.

Mais uma vez, portanto, a saída parlamentarista em nosso país assume o caráter indisfarçável de manipulação das elites, sequiosas pela ocupação dos espaços de poder e pela recusa de políticas públicas inclusivas socialmente e afirmativas do interesse nacional. O semipresidencialismo, nesses termos, nada mais é senão uma desesperada tentativa de impedir que um governo legitimamente eleito possa retomar a agenda constitucional de combate às desigualdades e de afirmação da soberania nacional.

Não há, no país, espaço para manobras desta natureza, casuísticas, inoportunas e desconectadas da vontade popular. Felizmente. As eleições devem ser disputadas nas urnas... E o voto sempre será a melhor forma de se enfrentar qualquer crise política e institucional em uma democracia. Simples assim. •

* Advogado em Brasília, ex-presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2016-2018), governos Dilma e Temer) e mestre em Direito Público pela UFPE. ** Advogado especializado em Direito Público e coordenador do grupo Prerrogativas.

AMEAÇA DE SEMIDEMOCRACIA

Surge a mais insidiosa das alternativas para barrar Lula: mudar o regime político para uma versão envergonhada do parlamentarismo já derrotado duas vezes em plebiscito popular

Por Elvino Bohn Gass

Desde a absolvição de Lula e seu amplo favoritismo para as eleições presidenciais todo tipo de artimanhas tem sido tentada para evitar sua chegada ao poder. De um lado, as forças do conservadorismo se desesperam em busca de um candidato da chamada terceira via. Depois da enésima tentativa fracassada, perderam o senso do ridículo ao propor que Lula seja ele próprio o vice de um candidato conservador. Do lado do reacionarismo, Bolsonaro e seus militares, sugerem a possibilidade da não realização das eleições se as regras não forem as suas.

Todas estas reações são na verdade reflexo do mesmo fenômeno: a consciência que no voto popular, Lula é imbatível.

Agora surge a mais insidiosa das alternativas para barrar Lula: mudar o regime político para um semipresidencialismo, que nada mais é que uma versão envergonhada do parlamentarismo já derrotado duas vezes em plebiscito popular. Completa-se, assim, o ciclo da frase de Lacerda sobre Getúlio: "Este homem não pode ser candidato, sendo, não pode vencer, vencendo não pode governar". Superada a impossibilidade de Lula ser candidato e já desalentados com a hipótese de batê-lo nas urnas, resta a este conservadorismo anacrônico não deixá-lo governar. Ou seja, se não podem eleger um presidente, acabe-se com a Presidência.

HÁ RISCO DE TERMOS UMA SUPERCLASSE DE POLÍTICOS, COM VERBAS A SEREM DISTRIBUÍDAS COMO SE FOSSEM DE SUA PROPRIEDADE

A proposta foi lançada candidamente pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, que propôs o Brasil adotar o mesmo sistema de governo da França, esquecendo-se, convenientemente de citar as diferenças oceânicas entre a política francesa e brasileira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tão lerdo para encaminhar os mais de 100 pedidos de impeachment, rapidamente indicou que poderia dar andamento à PEC do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) e colocá-la em votação ainda este ano.

Não é uma ameaça pequena. E que se somada a outras propostas na dita reforma política, entraremos numa época não de semipresidencialismo, mas sim numa

semidemocracia.

Entre estas propostas está o chamado distritão, pelo qual serão eleitos os deputados mais votados em cada estado independente de partidos. A mudança óbvia é que os próprios partidos vão reduzir drasticamente o número de candidaturas porque os votos dados aos candidatos não eleitos serão esterilizados.

Além disto, os candidatos não terão qualquer vínculo com os partidos, uma vez que não dependem do voto destes. Some-se ao distritão a fórmula das emendas impositivas e da perversa emenda de relator que distribui discricionariamente mais de R\$ 11 bilhões entre os parlamentares com afinidade ao poder.

Temos então uma superclasse de políticos, com verbas que superam centenas de milhões a ser distribuídas como se fossem de sua propriedade privada e que reduzem por lei as candidaturas que lhes ameacem de concorrência. É uma fórmula perversa que torna quase impossível a renovação do parlamento.

É este o regime que querem adotar e desta forma eleger um primeiro-ministro dono do cofre e das benesses. Nada poderia ser mais distante de uma verdadeira democracia. Não por acaso, na ditadura era um parlamento deformado que elegia o presidente.

Lá, como aqui, continuamos dizendo em defesa da democracia: **Diretas Já!** •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara Federal



Olimpio

O FRACASSO SUBIU À CABEÇA DE GUEDES

Em meio à reforma ministerial, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro, a grande imprensa aponta o esvaziamento da superpasta do ministro da Economia, Paulo Guedes, lamentando a recriação do Ministério do Trabalho e descrevendo o risco do esvaziamento da política de emprego. Como se o governo tivesse o que mostrar

Na quinta-feira, 22, o jornal Valor Econômico estampou numa manchete de primeira página que a reforma ministerial anunciada por Jair Bolsonaro resultaria na perda da articulação da política de emprego do ministro da Economia para as eleições de 2022. O título é risível, porque não há o

que perder o que nunca se teve. O governo Bolsonaro, em dois anos e meio de mandato, não gerou emprego, mas produziu um desastre monumental escancarado nos números oficiais do mercado de trabalho: 15 milhões de desempregados.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva denuncia que a política econômica de Bolsonaro, que re-

tira direitos e garantias trabalhistas em favor de um empreendedorismo de araque, está gerando uma doença social que o Brasil parecia ter erradicado na década passada: a fome. “Temos 15 milhões de pessoas desempregadas, outras seis milhões não procuram mais emprego e mais 33 milhões que estão subempregadas. Estamos vivendo uma situação grave no



Evaristo Sá/AFP CUT



SEM INTERLOCUÇÃO O novo ministro do Trabalho, Ônyx Lorenzoni, foi retirado do Palácio do Planalto para acomodar o Centrão na Esplanada. Não tem diálogo com o mundo do Trabalho, como lembra Sérgio Nobre, da CUT

país, eu não esperava que a fome voltasse como voltou. Voltou forte”, lamentou.

O Ministério do Trabalho será recriado e entregue a Onyx Lorenzoni, um médico veterinário e inexpressivo deputado federal do Democratas do Rio Grande do Sul, que desde o início da gestão de Bolsonaro tem zanzado pela Esplanada dos Ministérios, acomodando-se ao sabor dos humores do presidente. Foi ministro-chefe da Casa Civil até fevereiro de 2020, depois assumiu o Ministério da Cidadania, onde permaneceu até meados de fevereiro de 2021 e estava agora na Secretaria-Geral da Presidência, de onde saiu para um Ministério do Trabalho, sem interlocução com líderes sindicais e nem entre empresários.

Mas, agora diante das pesquisas eleitorais que apontam o ex-presidente Lula, como favorito às eleições presidenciais e para dar mais espaço ao seu grupo político formado por parlamentares do Centrão, Bolsonaro planeja fazer uma reforma ministerial, retirando da Economia, tanto as Pastas do Trabalho como a da Previdência. O mais cotado a assumir é Onyx Lorenzoni, que hoje ocupa a Secretaria-Geral da Presidência.

Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, desde a década de 1930, é a primeira vez que o governo passou a funcionar sem uma pasta dirigida ao mundo do trabalho. Ele diz que a recriação não significa que o erro será corrigido. “É somente uma medida com fins eleitorais com a qual Bolsonaro, desesperado ante as pesquisas e a CPI, busca alocar mais apoiadores dentro do governo e garantir, assim, votos e aprovação às suas ações desastrosas”, opina.

SEGUNDO O BANCO MUNDIAL, A CRISE DESENCADEADA PELA COVID TERÁ EFEITOS DURADOUROS PELOS PRÓXIMOS NOVE ANOS NO BRASIL

Nobre tem sido um crítico severo da política econômica do governo Bolsonaro, que só piorou a qualidade de vida da população, que está mais pobre, faminta e sem trabalho. Ele diz que a tragédia social é ainda muito maior, desde o Golpe de 2016, porque os dados são mais graves.

Pelo menos outros 6 milhões de brasileiros deixaram de procurar emprego em tempos de pandemia – os chamados desalentados – o que eleva o total de brasileiros sem ocupação a 21 milhões de pessoas. Soma-se a este assombroso número o total de inativos que buscam emprego – mais de 5 milhões de pessoas – e fica claro o tamanho do desastre imposto pelo governo Bolsonaro aos trabalhadores brasileiros: 26 milhões de pessoas sem renda.

A brutal desigualdade brasileira, que aumentou desde o Golpe de 2016, quando o Congresso e setores da elite brasileira retiraram Dilma Rousseff da Presidência da República com um impeachment sem crime de responsabilidade, é o resultado direto da agenda neoliberal austericida, que está ampliando o fosso social do país, gerando fome e outras mazelas sociais que pareciam ser passado depois da passagem do PT pelo Pa-

lácio do Planalto, com Lula e Dilma. “Este governo não tem nem espaço de interlocução com a classe trabalhadora”, lembra Sérgio Nobre.

O que Bolsonaro e Guedes fizeram é resultado direto dessa ignorância e ataque impiedoso e sem trégua aos trabalhadores. A propalada política de empregos gestada por Paulo Guedes e sua equipe econômica de Chicago Boys foi de extermínio.

Desde 2017, com Michel Temer, duas reformas trabalhistas ampliaram a precarização do trabalho e jogaram nas costas do trabalhador uma tragédia agravada pela pandemia e a política antisocial de Bolsonaro. O pacote de maldades levado a cabo pelos neoliberais incluiu cortes de direitos trabalhistas e de garantias históricas de amparo ao trabalhador.

Na semana que passou, o Banco Mundial desenhou um cenário trágico para a década. Segundo o relatório “Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-covid-19”, nos próximos nove anos a falta de vagas e as maiores perdas salariais recairão sobre trabalhadores menos qualificados.

“No Brasil e no Equador, embora os trabalhadores com ensino superior não sofram os impactos de uma crise em termos salariais e sofram apenas impactos de curta duração em matéria de emprego, os efeitos sobre o emprego e os salários do trabalhador médio ainda perduram nove anos após o início da crise”, aponta o relatório.

Na semana anterior, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgou estudo mostrando que, nos períodos com condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho – como o que o país atravessa – o efeito do desemprego pode representar uma diminuição de 10% a 15% nos rendimentos dos indivíduos que conseguem se reempregar. •



ARROCHO: TRABALHADOR FICA UM ANO SEM AUMENTO REAL DE SALÁRIO

Segundo cálculos da Fipe, nos últimos 12 meses os reajustes ficaram igual ou abaixo da inflação

A ferramenta Salariômetro, da Fundação de Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), confirma o arrocho imposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, aos trabalhadores brasileiros. Em plena pandemia e com inflação devastadora, empregados estão sem aumento real de salário há mais de um ano. Segundo o instituto, os reajustes ficaram em patamar igual ou abaixo da inflação.

No mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor foi de 8,9% em 12 meses, ante um reajuste médio de 8,3%. A deterioração do poder de compra do assalariado é efeito direto da explosão de preços, do gás de cozinha aos ovos, passando pela carne, que desapareceu do prato do brasileiro.

É mais um feito do colosso Paulo Guedes, responsável, entre outros desastres, pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A política econômica do governo

Bolsonaro está não apenas transferindo renda dos pobres para os ricos, cortando investimentos, mas penalizando os mais pobres, que mais precisam de ajuda neste momento de crise.

“O Brasil está vivendo a mais grave crise que atinge a população”, alerta o deputado federal Jose Guimarães (PT-CE). “A alta do preço dos alimentos, como carne de porco e frango, é insuportável. O gás de cozinha em algumas regiões chega a R\$ 115 o botijão. O desespero toma conta das famílias brasileiras. E o pior, a inflação está disparada”, critica.

Em maio, a Fipe havia apontado que trabalhador havia tido perda salarial real de 28% em negociações. “De fato, os números mostram que as negociações estão reduzindo salários de forma bastante representativa”, alerta o professor Hélio Zylberstajn, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-SUP) e coordenador do Projeto Salariômetro. •

DESEMPREGO

O TAMANHO DO DESAFIO

Situação	Total em milhões
<i>Força de Trabalho Ativa</i>	101
<i>Ocupados</i>	86
<i>Desempregados (A)</i>	15
<i>Desalentados (B)</i>	6
<i>Inativos pela pandemia (C)</i>	6
<i>Subocupados por insuficiência de horas (D)</i>	7
<i>Total de pessoas que precisam de um posto de trabalho (A+B+C) = desempregados + desalentados + inativos que querem um emprego (E)</i>	26
<i>Contingente que precisa e quer trabalhar (quer um emprego ou sair da jornada parcial) (D+E)</i>	33
<i>População ocupada sem proteção laboral e previdenciária (F)</i>	34



Há 26 milhões de trabalhadores que precisam de um posto de trabalho, outros 7 milhões queriam ter uma jornada de trabalho integral. Há uma demanda real pela criação de mais de 33 milhões de postos de trabalho

Por Clemente Ganz Lúcio

E dramática a situação em que vivem milhões de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil. As mudanças tecnológicas impactam os postos de trabalho, as profissões, a formação profissional e, muitas vezes, desempregam. A desindustrialização precoce e continuada fecha bons postos de trabalho. A recessão e o pífio dinamismo econômico dobraram as taxas de desemprego entre 2016 e 2020, ampliando a informalidade e incentivando a rotatividade.

A pandemia do Covid19 piorou e agravou os indicadores das ocupações laborais. As mudanças legislativas realizadas desde 2017 legalizaram a precarização, incentivando postos de trabalho de baixa qualidade, ampliando a vulnerabilidade e a insegurança no emprego, suprimindo direitos e arrojando salários. O espectro da destruição no campo do trabalho comanda as políticas públicas e é incentivado por uma parte do empresariado, animada com a redução do custo do trabalho e o fim dos sindicatos.

O desafio é achar caminhos que alterem as dinâmicas que destroem empregos, retiram direitos, suprimem políticas públicas de proteção laboral e social, inviabilizam os sindicatos e incentivam a desfiliação dos trabalhadores. Esses caminhos terão que ser construídos para responder aos dramas do contexto situacional presente e futuro. Por isso, temos que analisar o problema e compreender suas dimensões.

Segundo o IBGE (PNAD Contínua, abril 2021), há no Brasil 177

milhões de pessoas em idade de trabalhar – 14 anos ou mais –, dos quais 86 milhões estavam ocupadas e 14,7 milhões desempregadas, totalizando 100,7 milhões ativos como empregados ou desocupados e 76,4 milhões fora da força de trabalho.

Em 2020, o patamar de ocupação chegou a menos de 47% daqueles que tinham idade para trabalhar. Em abril de 2021, subiu para 48,5%, ainda assim são os menores níveis da série histórica. Em 2013, o nível de ocupação chegou a 57,3%. A distância entre essas duas situações ocupacionais (2013/ 2021) significa que cerca de 15 milhões de postos de trabalho foram e permanecem destruídos a partir de 2013.

Atualmente a taxa de desemprego é de 14,7%, o dobro da taxa verificada em 2013 que estava em torno 7%. Portanto, há hoje cerca de 15 milhões de pessoas que ativamente procuram um emprego, quase 8 milhões a mais do que havia em 2013. Mas há também um contingente de 6 milhões de desalentados, pessoas que desistiram da procura por ser infrutífera a luta para conquistar um posto de trabalho.

A situação de muitos dos ocupados também é difícil. Dos 86 milhões que estão empregados, 30 milhões têm carteira de trabalho assinada. Os trabalhadores do setor público somam quase 12 milhões e outros 4 milhões são empregadores.

A desigualdade e precarização se apresenta com 10 milhões de assalariados sem carteira de trabalho assinada e que trabalham na ilegalidade. Cerca de 24 milhões são trabalhadores por conta própria, a grande maioria sem proteção laboral e

previdenciária. Cinco milhões são trabalhadoras(es) domésticas(os), a maioria na informalidade. Nesse contingente de 86 milhões de ocupados, cerca de 40% está na informalidade. A taxa não é pior porque a pandemia destruiu em maior intensidade as ocupações mais precárias.

Entre os empregados, o IBGE estima que mais de 7 milhões estão subocupados porque têm jornada de trabalho parcial, inferior, portanto, àquela que gostaria de trabalhar e para a qual estão disponíveis.

O quadro apresenta o resumo desse contexto situacional. Há 26 milhões de trabalhadores que precisam de um posto de trabalho, outros 7 milhões queriam ter uma jornada de trabalho integral. Há uma demanda real pela criação de mais de 33 milhões de postos de trabalho.

Uma política econômica orientada pelo interesse social e coletivo deveria induzir dinâmicas de investimentos e políticas públicas para gerar milhões de postos de trabalho, mobilizando políticas protetivas para incluir 60 milhões de trabalhadores que carecem de proteção laboral.

Trata-se de um desafio hercúleo que requer um projeto de desenvolvimento focado na geração de empregos a partir da articulação de um tecido produtivo orientado pela cooperação para o incremento da produtividade e distribuída em todo o território nacional, o crescimento da renda do trabalho, comprometido com a sustentabilidade ambiental e superação das desigualdades. •

Sociólogo, é assessor do Fórum das Centrais Sindicais, membro do NAPP da FPA e ex-diretor técnico do DIEESE.



CALMA QUE O LEÃO É MANSO... ...COM OS RICOS

Olimpio

Reforma do Imposto de Renda não “empobrecerá” rico algum. A iniciativa do Ministério da Economia é regressiva e não segue o princípio liberal da equidade. Não há justiça fiscal

Por Eduardo Fagnani

Para começar: não é verdade que a carga tributária seja elevada para todos, no Brasil. Verdade é que a carga tributária só é elevada para os pobres. E é elevada para os pobres para ser residual para os ricos. E aí reside a secular regressividade do sistema de impostos brasileiro.

Os pobres têm carga tributária abusiva: os impostos sobre o consumo representam quase 50% do total arrecadado – nos EUA, 17%.

E impostos sobre o consumo capturam proporção maior da renda dos pobres: impostos de R\$ 200 embutidos no preço de venda de um eletrodoméstico representam 20% da renda de quem ganha R\$ 1.000 por mês e 0,3% da renda de quem ganha R\$ 100 mil por mês.

No Brasil, a verdade é que a carga tributária pesa pouco sobre os ricos. Impostos cobrados sobre renda e riqueza no Brasil são obscenamente baixos, no país. Nos EUA, os dois itens representam 60% da arrecadação total de impostos. Aqui, apenas 23%.

Portanto, qualquer reforma do sistema tributário no Brasil que visasse a aprofundar as qualidades e a superar os vícios teria de cuidar de ampliar a tributação sobre renda e riqueza, e de reduzir a tributação sobre o consumo – que castiga duramente os pobres.

Paradoxalmente, a agenda hoje prioritária do Congresso Nacional só trata dos impostos sobre o consumo, e é omissa em relação a renda e riqueza.

Diante desse quadro, os seis partidos da oposição, com base em estudos elaborados por sindi-

catos de auditores fiscais apresentaram uma alternativa. Trata-se da Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável que preconiza que se redistribuam os tributos, reduzindo os que recaem sobre o consumo e ampliando os que incidem sobre altas rendas e a riqueza.

De início, a recente inclusão da reforma do Imposto de Renda na agenda pareceu representar uma vitória do campo popular. Mas a ilusão foi logo descartada. Em síntese, a iniciativa do Ministério da Economia é regressiva e não segue o princípio liberal da equidade. Mais grave é que ela reduz a arrecadação do Imposto de Renda e, por consequência, a participação relativa do IR na carga tributária. Note-se que:

1. A proposta do governo mantém a alíquota máxima do IRPF em 27,5%. Não há justiça fiscal, onde e quando quem ganha R\$ 7 mil e quem ganha R\$ 700 mil por mês pagam a mesma alíquota. Em diversos países a alíquota máxima do IRPF é superior a 50% ou situa-se entre 40% e 50%. Mesmo países da América Latina praticam alíquotas maiores – como o Chile, por exemplo, 40%. Assim sendo, a esquerda tem de propor alíquotas maiores – 35%, 40% ou 45% –, para quem está no topo da pirâmide da renda.

2. A isenção de pagamento do tributo sobre renda (IRPF) para quem ganha até R\$ 2.500 por mês é medida acertada, mas está abaixo do limite que os partidos da oposição preconizam, entre R\$ 2.800 e R\$ 3.000. Entretanto, com esse limite na isenção (correta, em ‘espírito’) para a baixa renda, a parcela de “imposto a deduzir” dessas camadas sobe ao topo da pirâmide, fazendo aumentar o que os mais ricos podem deduzir e criando uma situação em que os mais ricos pagarão menos impostos efetivos. A alternativa, como mencionado, é propor outra tabela progressiva do IRPF, que aumente

as faixas de renda e as alíquotas.

3. Passar a cobrar tributos sobre lucros e dividendos recebidos por sócios e acionistas, é medida correta. Por conta desse mecanismo, os super-ricos têm isenção sobre mais de 70% da própria renda. Entretanto, a forma apresentada para essa cobrança – alíquota uniforme de 20% para todas as rendas – não segue o princípio da progressividade. Não há justiça fiscal, quando quem recebe R\$ 30 mil e quem recebe R\$ 30 milhões pagam imposto equivalente. O

O MAIS GRAVE DA PROPOSTA É QUE REDUZ A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E, POR CONSEQUÊNCIA, A PARTICIPAÇÃO NA CARGA TRIBUTÁRIA

mesmo ocorre com a isenção do dever de pagar impostos sobre recebimentos inferiores a R\$ 20 mil por mês. A tarefa dos partidos da oposição é caminhar no sentido de que todas as rendas sejam submetidas a uma mesma tabela progressiva do IRPF.

4. A proposta inicial do governo prevê redução gradual da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de 15% para 10%, o que parece razoável. Da mesma forma, corretamente, propõe-se um conjunto de medidas para

combater a elisão e evasão fiscal. Entretanto, o relator da matéria tem avertedo: a) reduzir alíquota do IRPJ de 15% para 2,5% – o que ocasionará perda de receita estimada em R\$ 98 bilhões em 2023; e b) reverter boa parte das medidas de combate à elisão e à evasão fiscal. A alternativa prestável é aperfeiçoar a proposta original e rechaçar as peripécias irresponsáveis dos apóstolos do neoliberalismo mais ensandecido.

5. Também é inadmissível aceitar a proposta que desonera o capital financeiro, reduzindo a tributação das aplicações – de 22,5% para 15% – tanto para as de longo prazo, quanto para as especulativas, bem como a isenção do dever social de pagar impostos justos, dada aos fundos do agronegócio e da construção civil.

Há, ainda uma série de questões polêmicas regressivas que precisam ser avaliadas pela esquerda:

- Não é admissível acabar com os incentivos fiscais concedidos ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- Não é admissível criar restrições ao direito de apresentar declaração simplificada – até R\$ 40 mil por ano; e,
- Não é admissível que a atualização dos valores patrimoniais dos imóveis declarados, pela incidência de apenas 5% de imposto, com arrecadação concentrada em um único ano (2022).

Em suma, a proposta aprofunda a regressividade do sistema tributário, concede tratamento privilegiado às rendas do capital e às pessoas físicas com altas rendas e, paradoxalmente, reduz as receitas e a participação relativa do Imposto de Renda na arrecadação total.

A proposta que está em tramitação, nem “reduz a desigualdade” nem “empobrece” rico algum. •

Professor do Instituto de Economia da Unicamp



Alessandro Dantas

CRÍTICAS DURAS Os líderes Paulo Rocha (PT-PA) e Jean Paul Prates (PT-RN) advertem que áreas vitais, como saúde e educação, terão menos recursos do orçamento no ano que vem. “Isso é reflexo da política fiscal de Bolsonaro”

A PERVERSIDADE NO ORÇAMENTO DE 2022

Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso retira R\$ 34,7 bilhões do orçamento da saúde e da educação, no mais brutal ataque às políticas sociais feito pelos austericidas da equipe econômica

O país vai atravessar 2022 em situação de fragilidade, com menos recursos para programas sociais, graças à Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso Nacional, mas com o voto contrário da bancada do PT na Câmara e no Senado. O PT recha-

çou o projeto, que retirou dinheiro das áreas de saúde e educação e em meio às incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19. Os líderes do partido no Senado e na Câmara alertam que o projeto aprovado, e que deve ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, é prejudicial aos interesses da sociedade.

“A LDO aprovada pelo Congresso reflete a política fiscal do atual governo, insistindo em regras fiscais que impedirão a retomada sustentável da atividade econômica e o financiamento de políticas públicas redutoras de desigualdade”, alerta o líder Paulo Rocha (PT-PA). “Especialmente em função da Emenda Constitucional 95 – a Lei do Teto dos Gastos –, haverá redução da despesa pública em relação aos valores autorizados para 2021, prejudicando áreas como a saúde, que poderá perder mais de R\$ 30 bilhões de reais”.

Os senadores do Partido dos Trabalhadores também contestaram a redução de valores destinados às universidades e a falta de transparência definida para a apresentação de emendas do relator. Em razão disso, a bancada votou contra o substitutivo do deputado Juscelino Filho (DEM-MA).

“Mais uma vez vai a votação um orçamento que reduz os recursos para a saúde em plena pandemia de Covid-19. São R\$ 34,7 bilhões a menos para o setor. Não saímos da pandemia ainda, teremos também suas sequelas e toda a recuperação da saúde”, criticou o líder da Minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), que conduziu as negociações em torno do substitutivo na Comissão Mista de Orçamento.

O líder Bohn Gass (PT-RS) lamentou que o Brasil siga caminhando na contramão do resto do mundo, que

está flexibilizando seu arcabouço fiscal para combater a pandemia e recuperar a economia e os empregos. “O salário mínimo, mais uma vez, não terá valorização real”, critica o deputado.

Outra crítica do PT é que a base do governo insiste em destinar recursos do orçamento para emendas de relator sem qualquer critério objetivo ou transparência, fomentando uma relação antirrepublicana entre poderes. “É hora de recuperar o orçamento para o povo brasileiro, investindo em programas que atendam às necessidades dos mais vulneráveis, sobretudo diante da pandemia e seus efeitos econômicos e sociais”, adverte Rocha.

Sobre o salário mínimo, bandeira histórica do PT, a bancada apresentou emendas e destaques na CMO para retomar a política de ganho real implantada nos governos Lula e Dilma. A proposta do partido, rejeitada na comissão, previa reajustar o salário mínimo pelo INPC deste ano mais a variação do PIB de 2018 e 2019. O texto prevê salário mínimo de R\$ 1.147 para o ano que vem – hoje está em R\$ 1.100.

O projeto da LDO, que vai à sanção presidencial, foi aprovado no Senado por 40 votos a favor e 33 contra após ter sido aceito pela Câmara por 278 votos a favor, 145 contra e uma abstenção. Além disso, o texto prevê déficit fiscal de até R\$ 177,5 bilhões, inflação de 4,42% este ano e 3,5% em 2022, e aumento de 2,5% do PIB. •

**SOB PROTESTOS
DA BANCADA DO
PT, LDO RETIRA
R\$ 34,7 BILHÕES
DA SAÚDE E
REDUZ RECURSOS
A UNIVERSIDADES
E INSTITUTOS
FEDERAIS**

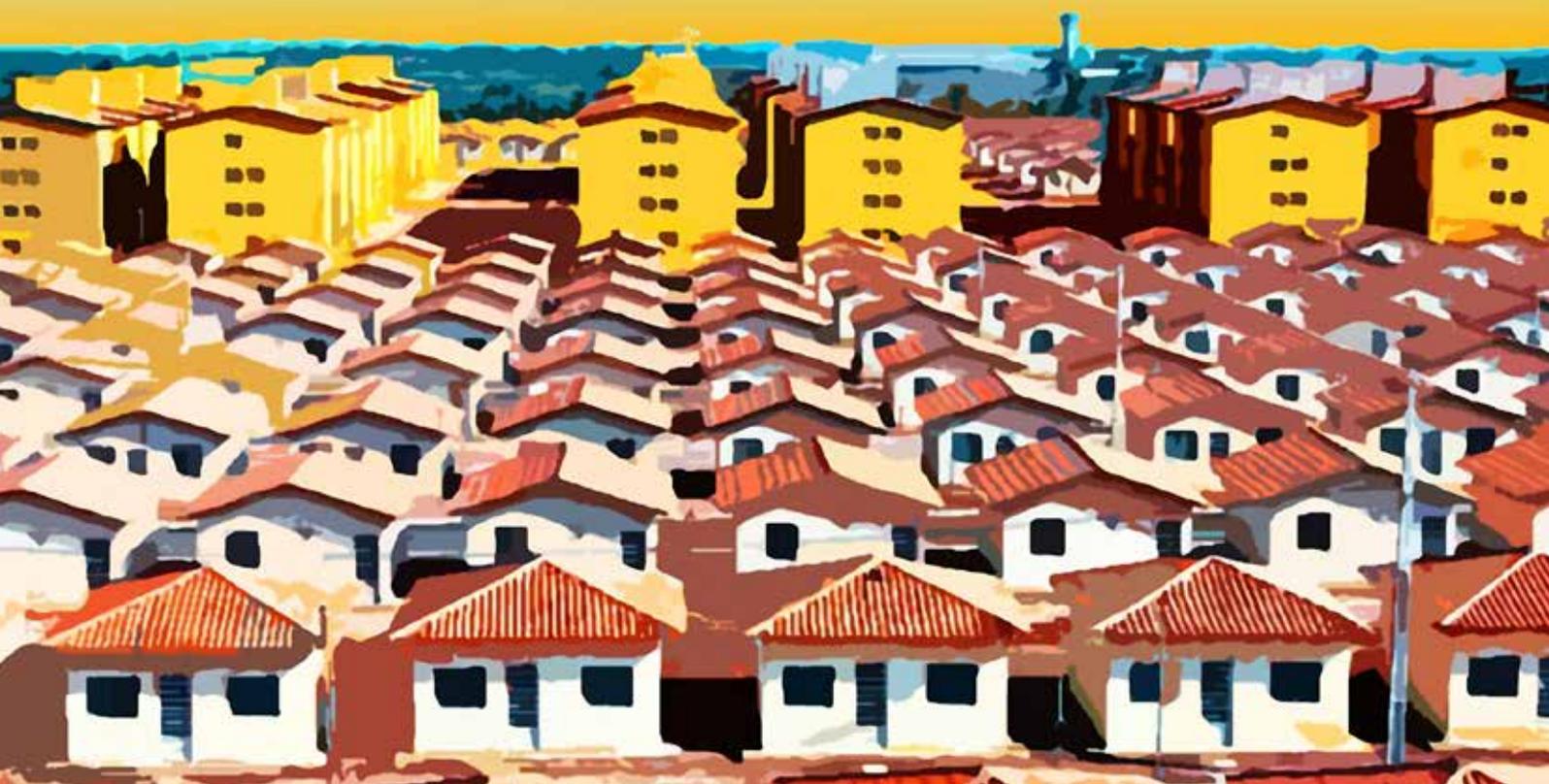
ARROCHO É LEI: SALÁRIO MÍNIMO SEM AUMENTO

O arrocho salarial imposto pela política econômica de austeridade fiscal a qualquer custo, idealizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, está garantido em lei. *Dura lex, sed lex*. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no Congresso, mantém fora do radar a política de valorização do salário mínimo, prioridade dos governos do PT e que trouxe ganhos reais na massa salarial do trabalhador na última década e meia.

Pela proposta do governo Bolsonaro, nos próximos três anos, o reajuste de salários deixará de ter ganho real, sendo ajustado, no máximo, de acordo com o INPC. Em 2021, o reajuste do mínimo para R\$ 1.100 representou 5,26%, ante o índice de 5,45% do INPC, abaixo, portanto, da inflação.

“A Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo deu certo”, lamenta o senador Paulo Paim (PT-RS). “O governo cometeu um erro crasso ao extingui-la. O salário mínimo é um poderoso instrumento de distribuição de renda. Mais de 100 milhões de brasileiros se beneficiam. É dinheiro no bolso. Todos ganham”, adverte o parlamentar.

Implementada por Lula e mantida por Dilma Rousseff, a política de valorização do mínimo vigorou até 2019. Entre 2003 e 2016, o aumento real do piso chegou 78%, ampliando o poder de compra da população. Foi o período em que houve ganho real no salário da maioria da população. •



Olimpio

INVESTIMENTOS DESPENCAM NAS CIDADES

Asaída de Dilma e do PT do governo federal interrompeu injeção de recursos em programas de melhoria para a qualidade de vida das pessoas. Ministério das Cidades foi extinto e o Minha Casa Minha Vida tirou os mais pobres entre principais beneficiários

Nos governos do PT, a melhoria da qualidade de vida nas cidades foi assumida como tarefa do governo federal, em parceria com Estados e municípios. Apoio à elaboração de projetos, volumes inéditos de recursos e ações coerentes com o enfrentamento das carências e desigualdades urbanas foram marcas nos períodos de Lula e Dilma. No total, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram destinados cerca de R\$ 715 bilhões para investimento em moradias do Minha Casa Minha Vida, obras de saneamento, mobilidade e prevenção de riscos.

A partir do Golpe de 2016, que tirou Dilma da Presidência da República por meio do impeachment sem crime de responsabilidade, sob a égide do ajuste fiscal nunca alcançado, o apoio do governo federal a estados e municípios foi progressivamente reduzido, apesar de as carências urbanas persistirem crescendo. A extinção do Ministério das Cidades recriou um vázio institucional.

Criado em 2003, o Ministério das Cidades recolocou o governo federal na construção da política de desenvolvimento urbano, estimulando os municípios e atores sociais na elaboração de novas práticas de planejamento do território e gestão democrática. No governo Temer, houve um esvaziamento orçamentário do ministério, com os recursos empenhados voltando ao patamar de 2008 – isso passou a corresponder a 30% dos recursos disponíveis entre 2013-2015. Ademais, a 6ª Conferência Nacional das Cidades, que deveria ter ocorrido em 2017, foi transferida para 2019 e o Conselho das Cidades, esvaziado.

No governo Bolsonaro, o Ministério das Cidades foi extinto. Houve um retrocesso institucio-

Roberto Suckert Filho



MCMV O maior programa de moradia popular da história contratou até maio de 2016, quando Dilma Rousseff foi derrubada ilegalmente, 4,2 milhões de unidades residenciais em 96% das cidades brasileiras

nal, voltando ao panorama existente antes dos governos do PT, com resultados desastrosos. As ações voltadas ao desenvolvimento das cidades foram pulverizadas entre ministérios e secretarias, assim como os recursos. O Conselho de Desenvolvimento Urbano, que substituiria o Conselho das Cidades, segue sem definição há dois anos.

**POR MEIO DO PAC,
OS GOVERNOS
LULA E DILMA
INVESTIRAM
R\$ 715 BILHÕES
EM MORADIAS,
OBRAS DE
SANEAMENTO E
MOBILIDADE**

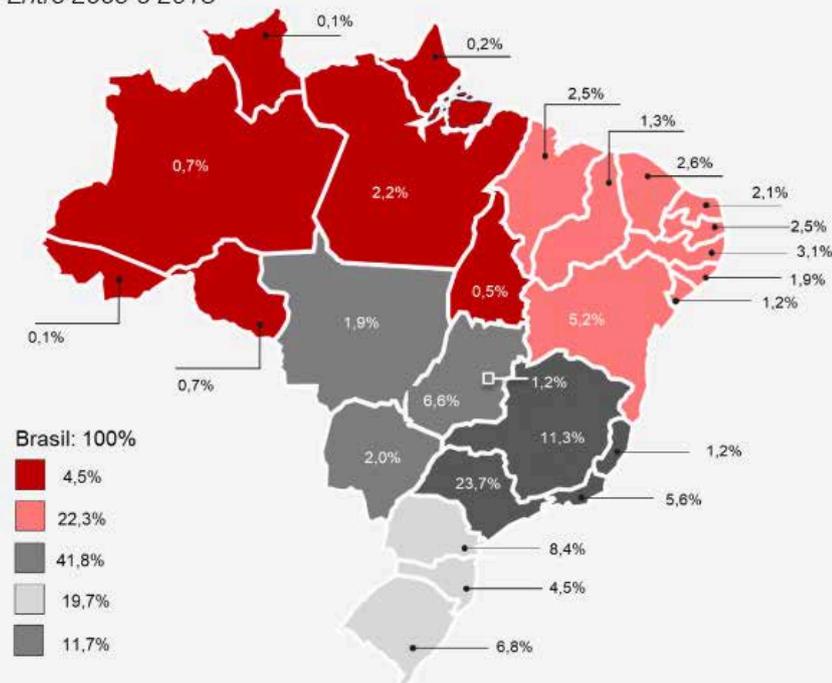
Outra grave consequência é que os municípios perderam centralidade na construção dessas ações e os movimentos de reforma urbana e direito à cidade deixaram de ter interlocução junto ao governo federal, perdendo representatividade. Mas o mais grave, contudo, de todos os efeitos gerados pelo Golpe de 2016 foi a exclusão dos mais pobres do programa de habitação Minha Casa, Minha Vida. Entre 2009 e 2016, foram investidos R\$ 294,5 bilhões pelos governos Lula e Dilma.

Os números mostram que o MCMV foi o maior programa habitação da história do Brasil. Foram 4,2 milhões de moradias contratadas até maio de 2016, em 96% dos municípios brasileiros. Praticamente metade dessas moradias atendeu famílias com renda de até R\$ 1.800, a chamada Faixa 1 do programa. Isso só foi possível porque os governos petistas reconheceram que parte expressiva da população não consegue acessar o financiamento nas condições do sistema bancário – e ajustaram o MCMV para resolver este problema.

O Golpe de 2016 foi mortal

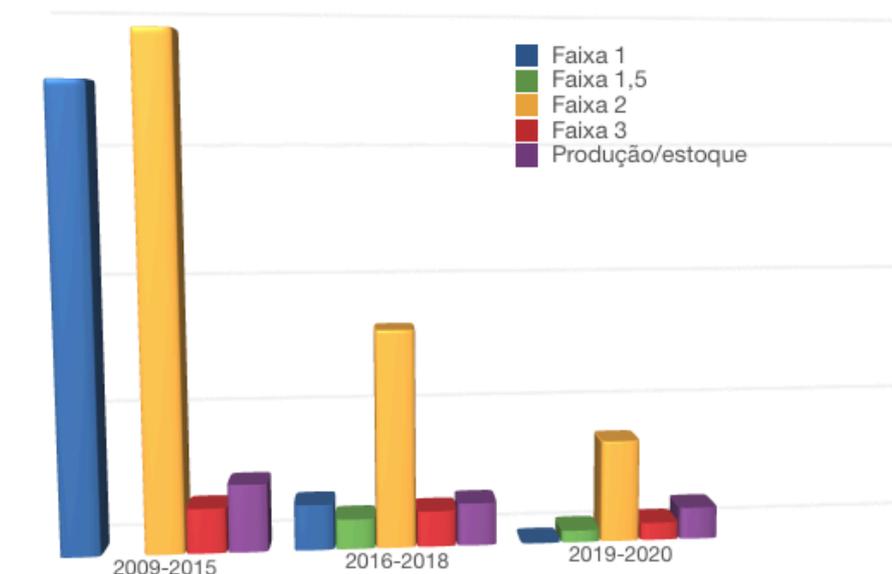
Contratações do MCMV em território nacional

Entre 2009 e 2018



Evolução das contratações do MCMV

Por Faixa de Renda



para o MCMV em sua forma original. A Faixa 1, que atendia as famílias mais pobres, foi sendo abandonada. Como resultado, do total de moradias contratadas para as famílias mais vulneráveis entre 2009 e 2020, 91% foram nos governos do PT.

No novo mandato de Dilma, os investimentos previstos

para o programa chegavam a R\$ 210,6 bilhões: R\$ 41,2 bilhões, com subsídios do Orçamento Geral da União; R\$ 39,7 bilhões, com subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e mais R\$ 129,7 bilhões, via financiamento com recursos do FGTS. A ideia era atender a 23 milhões e, até

2018, contratar 5,75 milhões de moradias contratadas. Tudo isso ficou apenas no planejamento com o Golpe de 2016.

O governo Temer reduziu progressivamente os recursos do Orçamento da União destinados ao MCMV. Bolsonaro praticamente zerou as contratações de moradias para o segmento de menor renda. Em 2020, lançou o programa Casa Verde Amarela que, na prática extinguiu o MCMV, ao alterar o perfil dos investimentos e passar a operar basicamente com o subsídio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na prática, o programa Casa Verde Amarela é uma nova marca fantasia, utilizada por Bolsonaro para entregar moradias para famílias de baixa renda em empreendimentos habitacionais em sua maioria contratados ainda no governo Dilma.

De 2009, ano de criação do MCMV, até o fim de 2018, o investimento anual do programa, que era de R\$ 11,3 bilhões, em média foi caindo. Em 2020, chegou a R\$ 2,54 bilhões. No primeiro ano de governo Bolsonaro, o valor investido foi de R\$ 4,6 bilhões. O Brasil tem um déficit de 7,797 milhões de moradias, segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). O estudo se baseia em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2021, o cenário é ainda mais regressivo. Os cortes do Orçamento de 2021 devem paralisar cerca de 250 mil moradias que estavam em execução. Ou seja, nem mesmo concluir o que estava em curso será possível por parte do governo federal.

VITÓRIA DA INICIATIVA PRIVADA NO SANEAMENTO BÁSICO

Nos governos do PT, o saneamento básico, infraestrutura com baixa cobertura na maior parte dos municípios brasileiros, foi priorizado pela combinação de duas iniciativas – a aprovação de um marco regulatório para o setor, orientado para a universalização do serviço, e a retomada do financiamento para as empresas públicas, principais operadores do saneamento no Brasil.

O golpe minou as bases destas duas iniciativas. Em relação aos investimentos, que haviam ultrapassado R\$ 200 bilhões no período 2003 a 2015, houve corte brusco. A partir de 2016, os recursos do Orçamento da União para a área caíram a pouco mais da metade do executado em 2015 e a menos de 20% do executado em 2013, ano com maior investimento. Devido à restrição orçamentária imposta pelo golpe, não houve novas seleções de projetos.

A sanção da Lei 14.026, em

2020, promove a grande ruptura na área de saneamento. Nascida da MP 868/2018, editada no governo Temer, a nova lei cria as condições para que, independentemente da vontade do titular dos serviços e dos prestadores estatais, a presença do setor privado no saneamento seja praticamente obrigatória. A lei autoriza a privatização do setor.

As modificações trazidas pela lei causam grande desequilíbrio nos contratos existentes, ao tornarem obrigatória a licitação dos serviços quando estes não sejam prestados diretamente pelo titular. Ademais, esvaziam as atribuições do poder de decisão, principalmente do titular dos serviços. Por estas razões, há três Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei, que acabou criando um ambiente de instabilidade jurídica para o setor, inibindo ainda mais novos investimentos. •

Retrocessos em prevenção de riscos e desastres

Os governos do PT encararam o desafio de construir uma política integrada para apoiar estados e municípios na gestão dos riscos e resposta a desastres. Para isto, disponibilizaram recursos da ordem de R\$ 19 bilhões para obras de prevenção, mapeamento de áreas de risco, aprimoramento da capacidade de resposta a desastres integradas e montagem de uma rede nacional de monitoramento e alerta. Foram feitas 332 obras de drenagem e 140 obras de contenção de encostas em todo o país.

Todo este esforço foi abandonado a partir do golpe. Na esteira da Emenda do Teto dos Gas-

tos, os investimentos no setor despencaram – os recursos para drenagem recuaram, em média, 75%, e os para contenção de encostas, 90%. E nunca mais se recuperaram.

O Plano Plurianual 2020-2023 completou o desmonte da atuação integrada, além de perseverar na redução dos recursos para apoio aos municípios e estados. No atual PPA, praticamente só há recursos para ações de defesa civil a serem deflagradas após a ocorrência dos desastres, destino de 70% dos recursos empenhados em 2020 e de 94% dos previstos para 2021. No governo Bolsonaro, não há mais investimento em prevenção de riscos e desastres nas cidades e estados. •

GOVERNO NÃO APOIA MAIS INVESTIMENTOS EM MOBILIDADE

Também no caso da mobilidade, os governos do PT promoveram importantes mudanças na política federal de transporte urbano. Assentada no conceito de que a mobilidade é um direito das pessoas, foi aprovada a nova lei de mobilidade urbana – Lei 12.587, em 2012. E o governo federal disponibilizou volume de recursos extraordinário para a área, da ordem de R\$ 200 bilhões, a serem aplicados em projetos que incorporariam nas malhas urbanas 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, 3.204 km de transporte sobre pneus e 21 km de transporte fluvial.

O golpe colocou os investimentos em mobilidade urbana em segundo plano. Os recursos alocados no Orçamento da União na subfunção Transporte Coletivo Urbano eram, em 2020, 27% do disponível em 2015. E na Lei Orçamentária Anual de 2021, o total alocado corresponde a 10% do empenhado no ano anterior. Ou seja, menos de 3% do empenhado no último ano do PT.

Ademais, 55 projetos que haviam sido selecionados pelo PAC foram cancelados, retirando cerca de R\$ 15 bilhões de estados e municípios para obras de mobilidade urbana.

Se a questão do transporte coletivo é fundamental para assegurar cidades acessíveis e democráticas, o golpe mostrou a que veio, ao praticamente inviabilizar a ação do governo federal na área. •



E A DESTRUIÇÃO NA AMAZÔNIA PROSSEGUE, INEXORÁVEL

Desmatamento na Amazônia cresce 51% nos últimos 11 meses, enquanto o mundo assiste atônito aos desmandos do governo Bolsonaro, que lidera o ecocídio. Estudos mostram que floresta tropical já libera mais gás carbônico do que é capaz de absorver

A escalada de destruição na floresta amazônica e no Pantanal seguem sem qualquer tipo de controle, sob os auspícios do governo Bolsonaro, que não só é omissivo, mas criminosamente estimula as atividades predatórias nas matas brasileiras. Em um ano, foram desmatados 8.381 km², entre agosto de 2020 a junho deste ano, contra 5.553 km² de agosto de 2019 a junho de 2020. O ritmo de destruição é frenético e mostra uma situação caótica e de perigo imediato para o planeta.

Um estudo publicado pela revista científica *Nature*, uma das mais respeitadas do mundo, mostra que a queima da floresta amazônica agora produz cerca de três vezes mais gás carbônico do que a vegetação remanescente é capaz de absorver. Isso acelera o aquecimento global. O jornal inglês *The Guardian* destacou em manchete de primeira página que o desmatamento está transformando a região amazônica de amiga do clima em inimiga da humanidade.

O jornal chegou a apontar que a floresta amazônica "entrará em colapso se Bolsonaro permanecer

presidente". Acadêmicos e ativistas ambientais alertaram o mundo que os ataques do governo brasileiro às proteções ambientais. "Apesar das evidências de que o fogo, a seca e o desmatamento estão empurrando a Amazônia para um ponto sem volta, eles dizem que o líder de extrema direita está mais interessado em aplacar o poderoso lobby do agronegócio e explorar os mercados globais que recompensam o comportamento destrutivo", aponta.

O senador Jaques Wagner (PT-BA), presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, alerta

que a situação do país é grave e que o governo ignora que os impactos econômicos advindos da falta de proteção ao meio ambiente podem ser desastrosos para o Brasil. “Dados do Relatório Anual do Desmatamento, elaborado pelo MapBiomas, mostram que 13,8 mil quilômetros quadrados foram desmatados no país em 2020, 99% de forma ilegal. Um aumento de 14% em relação à 2019”, adverte o parlamentar. “Precisamos reforçar o compromisso de todos e todas em cuidar e preservar estes importantes patrimônios naturais. Nossas florestas precisam estar de pé para continuarem capturando carbono, regulando o clima e combatendo as mudanças climáticas”, diz.

A situação é crítica. Os números mostram que a devastação é cada vez mais intensa na Amazônia. Foram desmatados 926 km² da Amazônia Legal apenas em junho, um aumento de 10% em relação ao mesmo período do ano passado. Nos últimos 11 meses, o crescimento da área desmatada foi de 51%. Os dados são de um levantamento feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). “As áreas desmatadas em março, abril e maio foram as maiores dos últimos 10 anos para cada mês. E, se analisarmos apenas o acumulado em 2021, o desmatamento também é o pior da última década”, aponta o pesquisador Antônio Fonseca.

As áreas mais afetadas foram Pará (36%), Amazonas (25%), Mato Grosso (14%), Rondônia (11%), Acre (9%), Maranhão (3%) e Roraima (2%). O monitoramento é feito com imagens coletadas por satélite e radar. O boletim mostra ainda que o desmatamento no Pará, um dos estados mais afetados, está concentrado nas cidades de Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso e Itaituba. “Uma parcela do desmatamento que ocorre nesses municípios está situada em áreas

sem destinação de uso, o que caracteriza o processo de ocupação da terra através de ações de grilagem para regularização futura”, destaca Fonseca.

Nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, o número de autos de infração por “crimes contra a flora” (desmatamento, queimada ou garimpo irregular, por exemplo) na Amazônia Legal tiveram queda de 43,5%. Foram 2.610 autos registrados por ano de 2019 a 2020. A média anual anterior, de 2012 a 2018, era de 4.620. Os números são os menores em 21 anos.

Bolsonaro é um crítico do que chama de “indústria da multa” por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão responsável pela fiscalização ambiental. Suas críticas começaram quando ele foi multado, em 2012, por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, entre Angra dos Reis e Paraty, municípios do estado do Rio.

Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles foi o responsável pela política ambiental do governo até junho deste ano. Ele pediu demissão em 23 de junho depois de se tornar alvo de uma investigação da Polícia Federal por supostamente favorecer madeireiros que promovem contrabando de madeira extraída ilegalmente da floresta amazônica.

A Amazônia Legal tem uma área de mais de 5 milhões de km², que corresponde a cerca de 60% do país. Ela foi criada nos anos de 1950 para proteger e desenvolver a região, por meio de incentivos fiscais. A área de proteção inclui 772 municípios localizados nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Além da Floresta Amazônica, a Amazônia Legal engloba parte do cerrado, do Pantanal e outras formações vegetais. •

INPE VIVE UM DESMONTE

Reconhecido no mundo pela excelência de sua produção científica, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vive uma crise sem precedentes. Falta dinheiro e o Palácio do Planalto se mantém como inimigo público da ciência e do órgão, responsável por estudos fundamentais, incluindo o monitoramento por satélites da região amazônica e do território nacional.

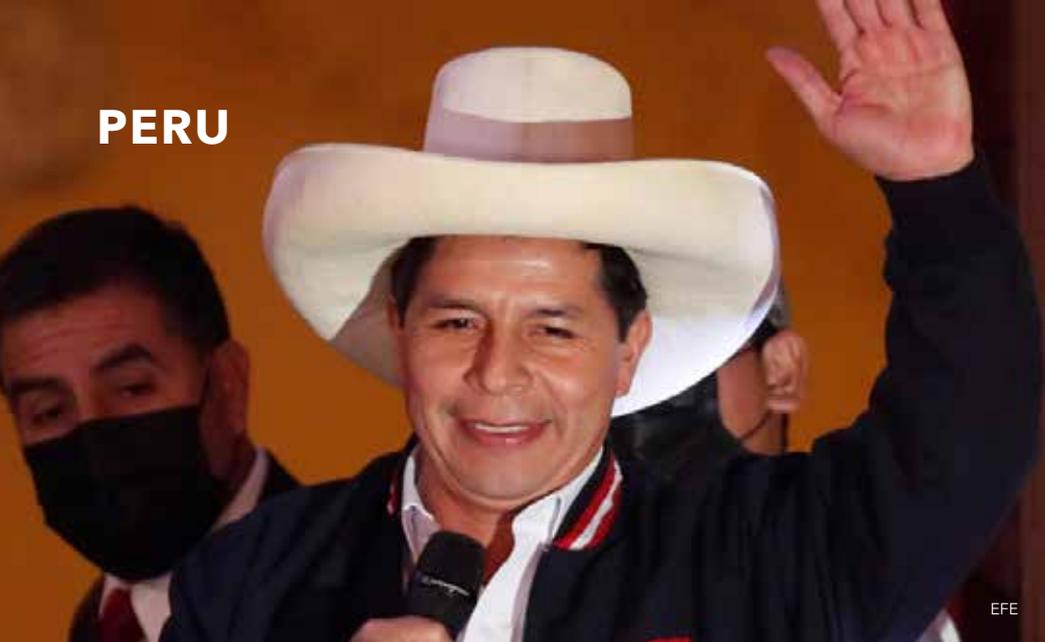
Ex-diretor do INPE entre 2005 e 2012, o cientista Gilberto Câmara alerta que a Amazônia está a caminho de bater um novo recorde de desmatamento, contribuindo para o isolamento econômico e diplomático do Brasil, enquanto outros países dedicam cada vez mais protagonismo às discussões ambientais. Ele denunciou o governo Bolsonaro por estrangular o INPE.

“Vivemos um desmonte institucional pleno”, adverte. “Considerando a correção monetária, o orçamento do Inpe, em 2010, era de R\$ 487,6 milhões. Hoje, é de R\$ 75,8 milhões”. ele denuncia que o teto de gastos aplicado pelo governo Temer reduziu o orçamento de R\$ 187 milhões em 2019 para menos da metade. “Trata-se de uma crise financeira sem precedentes”, alerta. “Perdemos o programa de cooperação espacial com a China, a continuidade dos estudos do satélite Amazônia 1 foi suspenso. Daqui a pouco não haverá dinheiro para pagar a energia e manutenção do supercomputador Tupã, que faz previsão de estiagem e clima”. •

INTERNACIONAL

DEIXEM CUBA VIVER

Lula, Rafael Correa, Chico Buarque, Noam Chomsky, Jane Fonda, Cornel West, Gleisi Hoffmann e mais de 400 intelectuais, líderes políticos, clérigos, artistas de todo o mundo escrevem carta aberta a Joe Biden, exigindo que levante imediatamente o bloqueio à ilha



ENFIM, A PROCLAMAÇÃO DO PRESIDENTE PEDRO CASTILLO

Juizado Nacional Eleitoral (JNE) oficializou a vitória do candidato vitorioso depois dos recursos apresentados por Keiko Fujimori serem rejeitados. Ela reconheceu a derrota

O professor e sindicalista Pedro Castillo foi declarado oficialmente novo presidente do Peru na noite de segunda-feira, 19, depois de semanas de indefinição e da tentativa de sua adversária, Keiko Fujimori, melar as eleições presidenciais sob falsas alegações de fraude nas votações. Castillo tomará posse na quarta-feira, 28, quando o atual presidente interino, Francisco Sagasti, deixa o poder. Keiko reconheceu a derrota.

A proclamação pelo Juizado Nacional Eleitoral do Peru (JNE) confirmou o resultado obtido por Castillo na urnas. Ele fez 50,13% dos votos, contra 49,87% de Keiko. A Justiça Eleitoral do Peru proclamou a vitória de Castillo após todos os recursos apresentados pela filha do ex-ditador Alberto Fujimori terem sido rejeitados.

Ela não conseguiu provar, em nenhum momento, as supostas fraudes que apontava no pleito. As apurações das urnas se estenderam por mais de um mês depois das eleições, mesmo com a contagem já finalizada.

Secretário de Relações Internacionais do PT, Romênio Pereira disse que a vitória de Castillo reforça o funcionamento das instituições democráticas, como a Justiça Eleitoral peruana. Ele desejou êxito ao mandato do novo presidente. A secretária-executiva do Foro de São Paulo, Mônica Valente, também celebrou a vitória de Pedro Castilho. "Que o sonho do povo peruano possa se converter em realidade: saúde, emprego, inclusão social, dignidade e soberania", disse.

No primeiro discurso após a proclamação da vitória, Castillo pediu união ao povo. "Chamo à mais ampla unidade do povo peruano. Chamo à unidade para forjar e abrir a porta do próximo bicentenário que nos resta, fechando este bicentenário com todas suas diferenças, todos seus problemas e tudo o que vivemos", disse. •

NOVA ONDA DE PROTESTOS NA COLÔMBIA

Durante as comemorações dos 211 anos da independência da Colômbia na terça-feira, 20, o Comitê Nacional de Paralisação – que comanda uma greve geral que já dura 12 semanas consecutivas – convocou manifestações em todo o país. Somente na capital, Bogotá, foram registrados 13 pontos de concentração que reuniram 10 mil pessoas. Segundo o governo, foram registrados 195 atos em 95 cidades.

Durante os protestos, os manifestantes agitaram bandeiras colombianas de cabeça para baixo contra o presidente Iván Duque e gritaram palavras de ordem contra o governo. Eles exigem uma reforma policial e um Estado mais solidário diante da grave crise social provocada pela pandemia de Covid-19, que elevou a pobreza a 42% na Colômbia, país com 50 milhões de habitantes.

Apesar do tom de celebração, com apresentações musicais e artísticas, houve mais uma vez violenta repressão policial em Bogotá, Cali, Medellín, Bucaramanga e Popayán, segundo informações dos organizadores. Pelo menos 50 pessoas foram feridas durante os protestos e 70 detidas.

Organizações de direitos humanos apontam que desde o início dos protestos já morreram 76 pessoas, sendo que a grande maioria decorrente da ação policial. Segundo os levantamentos, 346 pessoas estariam desaparecidas e 83 tiveram lesões oculares. • **APT**



A NSO E O MEGAESCÂNDALO DE ESPIONAGEM ELETRÔNICA

Os presidentes da França e do México, entre outros líderes, foram alvos do sistema Pegasus, que o vereador Carlos Bolsonaro queria contratar pelo Ministério da Justiça do Brasil

O celular do presidente da França, Emmanuel Macron, e de mais uma dezena de altos políticos, como o atual presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, aparecem como possíveis alvos do sistema de espionagem Pegasus, da empresa israelense NSO. A denúncia foi revelada pelos jornais *Le Monde*, *The Guardian* e *Washington Post*, que lideram um consórcio de 18 grandes veículos de imprensa internacional que desvendaram o escândalo.

Além de Macron, aparecem os presidente Cyril Ramaphosa (África do Sul) e Barham Salih (Iraque) e os primeiros-ministros Imram Khan (Paquistão), Saad-Eddine El Othmani (Marrocos), Mostafa Madbouly (Egito) e o rei marroquino Mohammed VI. A lista ainda inclui ex-líderes do Líbano, Itália, Bélgica e Uganda. Todos teriam sido alvos do spyware Pegasus, criado pela empresa israelense, a mesma que Carlos Bolsonaro, vereador no Rio de Janeiro e filho de Jair Bolsonaro, tentou adquirir via Ministério

da Justiça para criar uma “Abin paralela”, conforme denúncia revelada pelo UOL em junho.

No último domingo, 18, um consórcio de jornais e organizações liderado pelo projeto francês *Forbidden Stories* revelou que os governos de vários países podem ter espionado pelo menos 50 mil números de telefone de ativistas, jornalistas e políticos usando o spyware Pegasus.

No caso de Macron, o presidente francês teria sido espionado pelo governo do Marrocos, que teria vigiado ainda o ex-primeiro-ministro Édouard Philippe e 14 ministros franceses. O governo da França abriu uma investigação, enquanto a NSO negou a acusação e disse que Macron nunca foi um alvo de qualquer de seus clientes. *Le Monde* e outros jornais mantiveram a denúncia e as acusações.

O jornal britânico *The Guardian* denunciou que o Marrocos também espionou os telefones de Tedros Adhanom Ghebreyesus, secretário-geral da Organi-

zação Mundial da Saúde (OMS), em 2019, e do ex-premiê belga Charles Michel, que hoje preside o Conselho Europeu. O consórcio também revelou que serviços de inteligência do México fizeram uso da ferramenta em larga escala durante o governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018). O país lidera a lista de números espionados com quase 15 mil. Entre os alvos estão jornalistas, ativistas e até López Obrador. O governo Peña Nieto teria espionado até mesmo parentes de um grupo de estudantes mexicanos assassinados em 2014.

O diário estadunidense *Washington Post* aponta que, dos 50 mil números de telefone possivelmente espionados mundo afora com a ferramenta, os autores da investigação já conseguiram identificar mil pessoas em pelo menos 50 países. O grupo inclui pelo menos 65 funcionários do alto escalão de empresas, 85 ativistas de direitos humanos, 189 jornalistas e mais de 600 políticos e autoridades governamentais em todo o mundo. •



Olímpio

CLUBE DA ESQUINA PARA SEMPRE

Em tempos de chumbo, com amigos desaparecidos, Milton Nascimento e Lô Borges, além de uma trupe de iluminados músicos e compositores, entram no estúdio da EMI para darem luz a um dos mais importantes discos da Música Popular Brasileira

Por Alberto Cantalice e Olímpio Cruz Neto

Concebido pela incontestável genialidade do carioca da Tijuca, mas criado nas Minas Gerais, Milton Nascimento, e contando com a decisiva participação do cantor e compositor mineiro, Lô Borges, começou a ser gravado no ano de 1971 e lançado no início de 1972 o célebre álbum *Clube da Esquina*. Lançado pela EMI-Odeon, o LP consolidava a carreira de Milton e lançava Lô ao conhecimento do grande público. Em cinco décadas, transformou-se em um achado que vem encantando gerações de brasileiros. É um dos álbuns mais influentes da MPB.

Composto por 21 canções, o LP foi eleito pela versão brasileira da revista *Rolling Stone* como o sétimo melhor disco de todos os tempos. A faixa de abertura "Tudo que você podia ser", composta pelos irmãos Lô e Marcio Borges, entoada magistralmente por Milton, já diz ao que veio: "Com sol e chuva você sonhava. Queria ser melhor depois/ você queria ser o grande herói das estradas. Tudo que você queria ser/... Mas não importa, Não faz mal. Você ainda pensa e é melhor do que nada/ Tudo que você consegue ser...ou nada". Uma canção solar e cheia de esperança numa época de sombras e dor.

O disco é um marco da música moderna, com toques de jazz, uma influência clara e direta dos Beatles, resultando em uma obra musical com novas combinações de inovações harmônicas e rítmicas. Algumas das canções são brilhantemente regadas de guitarras distorcidas e uma percussão rica e cheia de suíngue, além de linhas de baixo de grande beleza. É um achado e os músicos se revezavam constantemente nos instrumentos. Reza a lenda que todos trabalhavam de maneira solta e muitas das gravações são *takes* ao vivo.

Uma das preciosidades do álbum é a celebrada "Cais", de autoria de Milton e Ronaldo Bastos: "Para quem quer se soltar, invento o cais/ Invento mais que a solidão me dá/ Invento lua nova a clarear/ invento o amor. E sei a vez de me lançar... /Eu queria ser feliz/Invento o mar, invento em mim o sonhador". Clássica do cancionero popular no Brasil, a música ganhou inúmeras versões, nas vozes de Elis Regina, Nana Caymmi e outros. Permanece nesses mais de 50 anos como sucesso absoluto e influenciou estrelas do rock, como David Bowie, que faz uma homenagem a ela na canção

"Sue (or in a season of crime)", lançada em 2014 e um dos últimos sucessos do astro do rock, que morreu.

Outra canção particularmente rica pelas imagens que evocam a ditadura é "Trem de Doido", que fala dos "ratos soltos na praça do mercado" – uma analogia discreta aos horrores do regime militar e da brutalidade e morte nos porões do DOI-Codi – enquanto evoca lembrança dos amigos que "nada tinham a temer". Um achado poético do grande Márcio Borges, que na juventude foi amigo de Dilma Rousseff, numa Belo Horizonte efervescente de sonhos estudantis de jovens idealistas em busca de utopias.

Vejam as imagens dos versos de Márcio, que deu letra à melodia do irmão mais novo, Lô, que tinha então pouco mais de 20 anos: "Quero estar, onde estão/ Os sonhos desse hotel/ Muito além do céu/ Nada a temer, nada a combinar/ Na hora de achar meu lugar no trem/ E não sentir pavor/ Dos ratos soltos na praça/ Minha casa/ Não precisa ir muito além dessa estrada/ Os ratos não sabem morrer na calçada É hora de você achar o trem/ E não sentir pavor/ Dos ratos soltos na casa/ Sua casa".

Diferentemente do que ocorre em álbuns produzidos pelo mundo afora, e inclusive do próprio Milton Nascimento e de seu parceiro Lô Borges, todas as canções que compuseram essa antologia fizeram sucesso. O disco é um hit parade e tem uma sonoridade rica e encantadora, abrilhantada pela genialidade de músicos como Toninho Horta, Beto Guedes, Wagner Tiso, Tavito, Naná Vasconcelos, Eumir Deodato, Paulo Moura, Rubi, Robertinho Silva e até Gonzaguinha, que fez vocais de apoio em "Estrelas", cantada por Lô.

As parcerias são inúmeras, com Fernando Brant – "Saídas

e bandeiras número 1", "San Vicente", "Paisagem na Janela", "Saídas e bandeiras número 2", "Pelo amor de Deus", "Ao que vai nascer" –, Ronaldo Bastos – além de "Cais", "O Trem azul", "Nuvem cigana", "Cravo e canela", "Um gosto de sol" "Nada Será Como Antes" – e Márcio Borges – "Tudo Que Você Podia Ser", "Estrelas", "Um Girassol da Cor de Seu Cabelo", "Trem de Doido", "Clube da Esquina Número 2".

O disco trás "Dos Cruces", composição do cantor espanhol Carmelo Larrea e gravada na Espanha na década de 1950, e "Me Deixa em Paz" do sambista Monueto Menezes e Airton Amorim, com a participação da cantora Alaíde Costa em dueto com Milton. São canções de intensa profundidade e beleza.

Mesmo já tendo gravado alguns álbuns de relativo reconhecimento na época, foi depois do lançamento do "Clube da Esquina" que a carreira já longeva de Milton Nascimento ganhou o mundo. Já tendo composto o sucesso "Travessia" em parceria com Fernando Brant, e já gravada pela maior cantora brasileira desde então – Elis Regina – Milton até aquela época ainda não era muito conhecido fora do pequeno círculo da MPB.

A brilhante interpretação de "Cais", primeiramente no LP e consequentemente em todas as suas apresentações é só uma pequena demonstração da extrema criatividade e inventividade desse carioca-mineiro que, segundo Caetano Veloso, em "Podres Poderes" homenageou: "Será que apenas os Hermetismos Pascoais/ Os tons e os Mil Tons e seus sons e seus dons geniais/ Nos salvam, nos salvarão dessas trevas e nada mais". Vendo aos olhos de hoje, nessa deprê bolsonarista, os versos de Veloso parecem uma premonição. •

ATURA

COMALA É AQUI

O fascinante romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo, que influenciou Gabriel García Márquez e Mário Vargas Llosa, parece tratar do Brasil da pandemia: caminhamos entre mortos, num país fantasma, sem saber que nós também já morremos...

Por Antonio Carlos Lima

Em tempos distópicos, como o que nos cabe viver, quando a morte, de tão frequente, parece banalizar-se, é possível que, numa dessas horas de desamparo, você se pergunte: e se todos já estivermos mortos e formos agora apenas fantasmas vagando entre fantasmas?

Há 66 anos, o mexicano Juan Rulfo publicou uma pequena obra-prima, o romance *Pedro Páramo*, o único de sua carreira como escritor, em que faz análogo devaneio.

A realidade do romance é a de um povoado, Comala, cujos habitantes estão todos mortos. As casas estão habitadas, há caminhantes nas estradas, a vida parece latente por ali, mas são todos fantasmas os que se movem naqueles espaços demarcados pelo silêncio e pela solidão.

“Vim a Comala porque me disseram que aqui vivia meu pai, um tal de Pedro Páramo”, diz o narrador Juan Preciado, numa das aberturas de romances mais celebradas pelos aficionados da melhor literatura latino-americana. Na busca pelo pai, o narrador cumpre o desejo da mãe moribunda de que o encontre, para cobrar-lhe “bem caro” o abandono em que os havia deixado.

Pela voz dos mortos, que se alterna e funde com o seu relato, numa prosa elíptica e fragmentária, e pela teia das lembranças que vai aos poucos decifrando, numa linguagem poética poderosa que se sobrepõe à própria história desvelada, o narrador, ele também um defunto, se defronta com um passado desconhecido e angustiante.

O pai, proprietário da fazenda Media Luna, é um latifundiário cruel e desumano, odiado por todos, que condena os habitantes de Comala a morrerem de fome, e morre junto com eles.

Pedro Páramo é uma história de amor, vingança e morte, que se passa num povoado de mortos-vivos, a Comala para sempre eternizada nessa obra labiríntica, difícil de entender numa leitura apresada, mas que seduz e conquista definitivamente o leitor pelo poder encantatório de sua poesia.

Foi o que ocorreu comigo quando a li pela primeira vez há muitos anos, numa tradução de Eliane Zagury (Editora Paz e Terra). Releio mais uma vez essa pequena obra-prima (são pouco mais de 150 páginas), na belíssima tradução de Eric Nepomuceno (Editora Record), no momento em que autoridades sanitárias do Brasil anunciam que são mais de 540 mil os mortos no país por causa de uma pandemia que não sabemos quando acaba.

Mortos cujos nomes estão na imprensa, nas redes sociais ou em nossas listas de contatos telefônicos, de onde serão apagados um dia para sobreviver apenas em nossas memórias e nossos corações.

Há quase dois anos, com o início da pandemia do coronavírus, a morte, que poderia ter sido contida, tornou-se entre nós corriqueira e inevitável, como os dias e as noites.

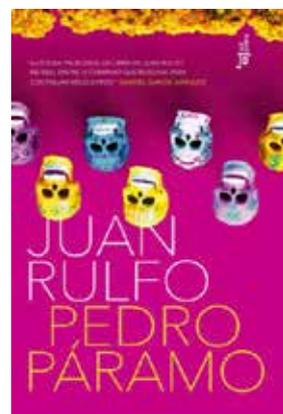
Por isso, nessas horas de desalento e desamparo, a sensação de que, assim como em Comala, caminhamos entre mortos, num país fantasma, sem saber que nós também já morremos...

Estamos em Comala. Vamos ajustar as contas com Pedro Páramo, esse homem malvado e valentão. •

Jornalista e escritor.

ESCRITOR DE UM SÓ ROMANCE

Juan Nepomuceno Carlos Pérez Rulfo Vizcaíno, nome completo do escritor mexicano Juan Rulfo (1918-



1986), publicou apenas um livro de contos, Chão em chamas (1953), e um romance, Pedro Páramo (1955), duas pequenas obras suficientes para consagrá-lo como um dos mestres da narrativa latino-americana. Nos dois livros, numa prosa contida, sucinta, de densa carga poética, misto de realismo fantástico e regionalismo, ele aborda a realidade dos camponeses mexicanos.

Quase todos os escritores revelados durante o chamado boom da literatura latino-americana (dos anos 60 ao início dos anos 80 do século passado) dizem ter sido por ele influenciados. “A leitura profunda da obra de Juan Rulfo me deu, enfim, o caminho que buscava para continuar meus livros”, escreveu Gabriel García Márquez. Juan Rulfo foi também fotógrafo e roteirista de cinema. •



23 de julho de 1993

A CRUELDADE DA CHACINA DA CANDELÁRIA

Cerca de 50 meninos e meninas de rua entre 11 e 19 anos, dormem em frente à Igreja da Candelária, no centro do Rio, quando são atacados por seis policiais que abrem fogo contra o grupo. Oito morrem e muitos ficam feridos. O episódio teve grande impacto e forte repercussão internacional. A pressão da opinião pública e de organizações brasileiras e estrangeiras impediu que as investigações fossem bloqueadas, como aconteceu em relação à chacina de Acari. O inquérito apontou que os seis policiais militares planejaram friamente o massacre. Três foram condenados, dois absolvidos e um morreu durante as investigações. Foram assassinados Paulo Roberto de Oliveira, Anderson de Oliveira Pereira, Marcelo Cândido de Jesus, Valdevino Miguel de Almeida, Leandro Santos da Conceição, Paulo José da Silva e Marcos Antônio Alves da Silva.

25 de julho de 2009

ANUNCIADA A REVISÃO DO TRATADO DE ITAIPU

Brasil e Paraguai anunciam a revisão do Tratado de Itaipu, que regulamenta a utilização da energia gerada pela hidrelétrica binacional. De acordo com a revisão, o Brasil passa a pagar duas vezes mais pela energia excedente que compra do Paraguai, com novo desembolso anual de cerca de US\$ 360 milhões. Além disso, acerta-se a construção de uma linha de transmissão ligando Itaipu a Assunção, com extensão de 300 quilômetros e custo de US\$ 450 bilhões, financiado pelo Brasil. O Paraguai consumia apenas 5% da metade da produção que lhe cabia na binacional, e vendia o restante ao Brasil a preço de custo: cerca de US\$ 45 por quilowatt. Desses, cerca de US\$ 42 destinavam-se à amortização da dívida contraída pelo Brasil na década de 1970.

24 de julho de 1970

BRASIL TEM IMAGEM DE PAÍS DA TORTURA

A Comissão Internacional de Juristas, em Genebra, faz denúncia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a prática de torturas pela ditadura. Em um documento preparado a partir de relatos de vítimas de violações de direitos humanos, a organização registrou a existência de esquadrões da morte e classificam a situação no Brasil como de "guerra civil". O governo militar proibira a entrada da entidade nas prisões do país.

25 de julho de 1966

COSTA E SILVA ESCAPA DE ATAQUE A BOMBA

Uma bomba explode no Aeroporto de Guararapes, em Recife, onde pousaria o avião da comitiva do general Arthur da Costa e Silva. O então ministro da Guerra viajava preparando-se para suceder Castelo Branco. Costa e Silva acabou escapando por ter mudado de rota e desembarcado na Paraíba. Morreram o secretário do Governo de Pernambuco, André Régis de Carvalho, e o vice-almirante reformado Nelson Gomes Fernandes.

26 de julho de 1990

MÃES DE ACARI LUTAM PELOS FILHOS MORTOS

Onze jovens, sete menores de idade, são sequestrados por supostos policiais. Os meninos, moradores da favela de Acari, passavam o dia num sítio em Suruí, em Magé (RJ). Inicialmente, os invasores exigiram dinheiro e joias e depois o pagamento de resgate para a libertação do grupo, segundo a única testemunha sobrevivente, Laudiceana do Nascimento, então com 71 anos. Ela e o neto de 12 anos fugiram para o mato e escaparam.



28 de julho de 1966

DO PORÃO DA IGREJA, UNE DESAFIA O REGIME

Perseguida desde o momento do golpe e proibida de atuar no país, a ex-UNE, como era chamada a entidade pelas autoridades da ditadura, realiza clandestinamente seu 28º Congresso no porão da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte. Mais de 300 delegados de todo o país comparecem, desafiando a proibição e a vigilância da polícia política.

27 de julho de 1938

O 'REI DO CANGAÇO' É MORTO EM TOCAIA

O mais terrível cangaceiro do sertão é morto numa emboscada da polícia alagoana. Depois de aterrorizar o sertão nordestino, da Bahia ao Ceará, durante 15 anos, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, é encurralado na fazenda Angicos, divisa de Alagoas com Sergipe, com mais dez cangaceiros. Desde 1923 Lampião e seu bando

vinham assaltando fazendas e cidades do sertão, roubando gado, sequestrando, torturando, mutilando, estuprando, saqueando e matando. Os relatos de suas ações apavoravam a todos. A volante da polícia atacou pela manhã, com tiros de metralhadoras. Corisco e outros cangaceiros conseguiram fugir, mas Lampião, Maria Bonita, Enedina, Luís Pedro, Elétrico, Moeda, Alecrim, Colchete, Quinta-Feira, Mergulhão e Macela morreram ali mesmo. Todos foram decapitados.

26 de julho de 1930

JOÃO PESSOA É MORTO A TIROS NO RECIFE

O candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, João Pessoa, é assassinado a tiros numa confeitaria no centro do Recife. O crime, motivado por questões passionais e por razões políticas locais, choca o país. O assassino de Pessoa, seu inimigo político João Dantas, leva um tiro de raspão e é preso.

A tensão na Paraíba tinha crescido muito desde 1929, quando João Pessoa defendera a renovação total da bancada do estado na Câmara Federal. Seu objetivo era afastar João Suassuna, ex-presidente do estado, que apoiava a chapa Júlio Prestes/Vital Soares. Para tanto, usou das prerrogativas dadas pelo estatuto do Partido Republicano da Paraíba e assinou sozinho o manifesto de apresentação dos candidatos. Esta atitude levou vários líderes do partido a romper com a Aliança Liberal.

29 de julho de 1998

GOVERNO PRIVATIZA O SISTEMA TELEBRÁS

Em 12 leilões consecutivos na Bolsa do Rio, o governo Fernando Henrique realiza a maior privatização do setor de telecomunicações ocorrida no mundo. O processo ocorre em meio a protesto e contestações judiciais. O sistema Telebrás é vendido por R\$ 22 bilhões, com ágio de 63,7% sobre o preço mínimo fixado.

POR UMA POLÍCIA PREVENTIVA E CIDADÃ

Câmeras nos uniformes dos policiais não são o suficiente para diminuir a letalidade policial. Falta centralizar na Corregedoria da PM todos os IPMs e tirar dos BOs a natureza “excludente de ilicitude” das ocorrências de mortes de civis

Por **Benedito Mariano**

O governo do Estado de São Paulo tornou público o resultado do programa que colocou câmeras nos uniformes de policiais militares de 18 batalhões de área da Polícia Militar. É uma boa notícia saber que o programa contribuiu para diminuir a letalidade policial em São Paulo. Desde 2018 o governo estadual já tratava da implantação deste programa em todos os batalhões. Mesmo sendo uma boa iniciativa, ainda está longe de atingir todos os cem batalhões da PM.

As câmeras nos uniformes são essenciais para diminuir as chamadas ocorrências “quadradas” – termo usado internamente nas instituições policiais, que significam “ocorrências de excesso”. E servem também para preservar os bons policiais porque terão um elemento importante como prova de suas ações.

Mas não bastam apenas as câmeras nos uniformes para diminuir a letalidade policial. A principal iniciativa que o governo de São Paulo ainda não tomou é centralizar na Corregedoria da PM todos os inquéritos policiais militares (IPMs), relativos a mortes de civis. É inaceitável que o órgão corregedor de expertise de polícia judiciária militar só instaure e investigue cerca de 3% desses IPMs. Os outros 97% são instaurados e investigados pelos batalhões dos quais os policiais militares envolvidos nessas ocorrências estão lotados.

A Ouvidoria da Polícia de São Paulo já fez esta sugestão em 2018

e 2019 aos governadores Márcio França e João Doria, mas nenhum teve a decisão política de implementar. Basta um decreto para que os IPMs sobre mortes de civis fiquem a cargo da Corregedoria Geral da PM.

Enquanto isso não acontece, em mais de 95% dos IPMs “tocados” pelos batalhões há solicitação ao Ministério Público de arquivamento. Ou seja, em 95% dos casos os policiais militares sequer são indiciados. Infelizmente, o MP concorda com os pedidos de arquivamento na maioria das vezes. Policiais investigados convivem nos mesmos quartéis com os responsáveis pelas investigações. A mudança administrativa de centralizar na Corregedoria os IPMs de mortes de civis terá um efeito muito maior na diminuição das ocorrências “quadradas”, que tratam da letalidade policial.

Outra medida importante, que passa por vontade e decisão política administrativa, é tirar dos Boletins de Ocorrências (BOs) a natureza “excludente de ilicitude” das ocorrências de mortes por intervenção policial. Para aferir se houve ou não excludente de ilicitude, é necessário esperar pelo final do processo investigativo e não a priori no registro do caso.

É preciso também enfrentar o preconceito histórico das polícias contra pobres e negros. A letalidade policial não é aleatória. Atinge sistematicamente 99% dos pobres e, desses, mais de 65% são jovens negros das periferias.

Criar uma disciplina nas escolas e na Academia da Polícia Militar sobre “Estereótipo de Suspeito

e Discriminação Racial e Social” é imperativo para enfrentar a cultura do “capitão do mato” que ainda permeia as instituições policiais, em especial, as polícias militares.

Como também é fundamental um Protocolo Operacional Padrão (POP), que indique objetivamente que ninguém poderá ser morto em ocorrências de intervenção policial por “fundada suspeita” que, muitas vezes, é medida não pelo o que preconiza o artigo 244 do Código de Processo Penal, mas pela cor da pele e pela condição social da vítima.

Somadas tais iniciativas, é urgente uma nova política de segurança pública, que priorize o policiamento preventivo para evitar o crime e não caçar suspeitos com a cultura de preconceito já citada.

A política de confronto materializada pela busca constante do flagrante delito, pela guerra as drogas, que não atua para enfrentar o crime organizado, mas reprimir sistematicamente a juventude pobre e negra das periferias contribui com a letalidade policial.

Em última análise, é preciso, gradativamente, criar uma polícia democrática, cidadã e antirracista, com nova formação, com piso salarial equivalente a importância da atividade policial, programa de saúde mental para todo o efetivo da polícia, para que tenhamos a diminuição da letalidade policial em São Paulo e no Brasil. E é possível construí-la. Basta vontade e decisão política. •

Sociólogo, mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, é professor da Faculdade de Direito de Santa Maria. Foi Ouvidor da Polícia de São Paulo (1995-2000 e 2018-2020). É secretário de Segurança Cidadã de Diadema.



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação

30/08 | Educação e política em
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento
freireano



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo





Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.